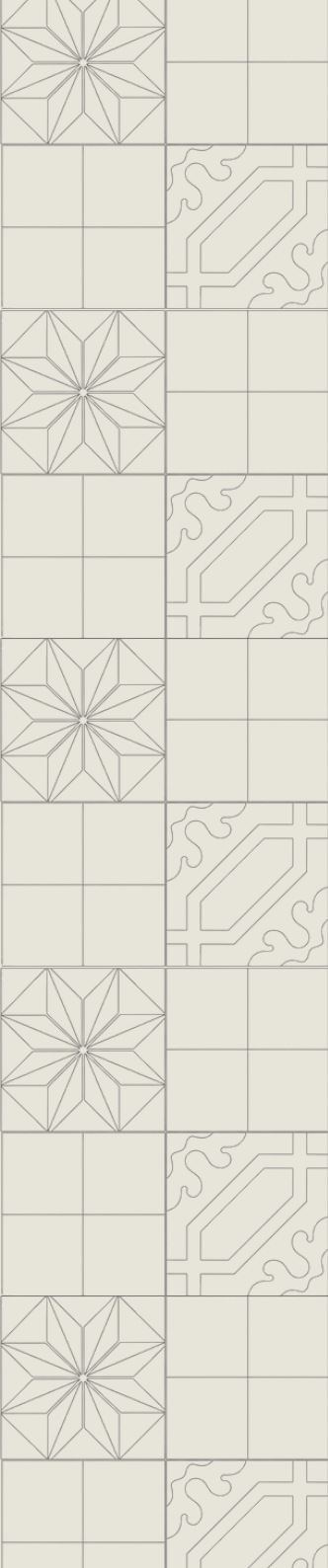


Galeria 300

A arte que habita na história

Discente: Alice Ferreira da Silva Rocha





CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

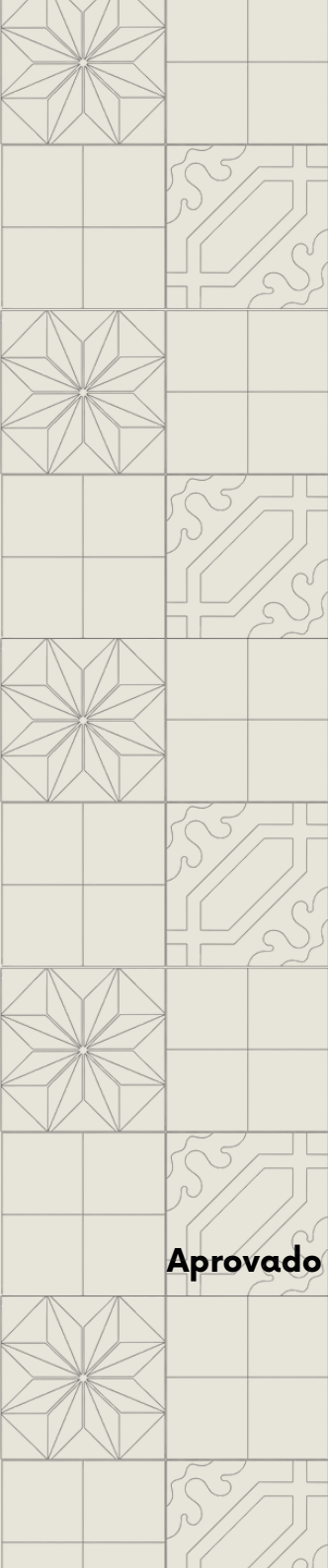
Galeria 300: A arte que habita na história

ALICE FERREIRA DA SILVA ROCHA

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Msc. Daniel da Silva Campos

Várzea Grande (MT), Dezembro de 2025.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

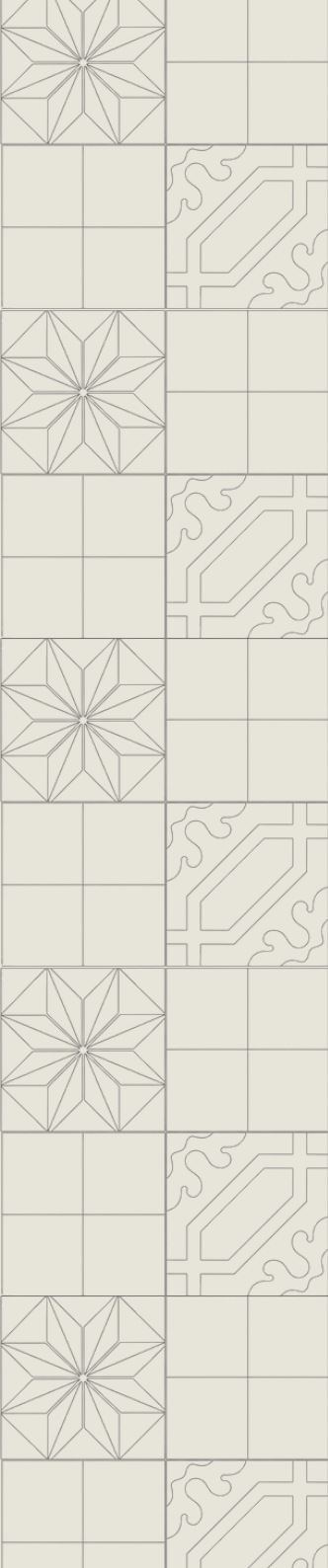
Galeria 300: A arte que habita na história

ALICE FERREIRA DA SILVA ROCHA
Orientador: Prof. Msc. Daniel da Silva Campos

Aprovado em _____ **de** _____ **de 2022**

Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo

Várzea Grande (MT), Dezembro de 2025.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Daniel da Silva Campos

Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Orientador

Profa. Dra. Jéssica Seabra

Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno

Profa. Dra. Erica Lemos Gulinelli

Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno

Várzea Grande (MT), Dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me sustentou em cada etapa desta caminhada. Foi Ele quem me deu força nos dias difíceis, clareza nos momentos de dúvida e coragem para continuar mesmo quando tudo parecia pesado demais. Sem Sua presença constante, eu não teria chegado até aqui. Cada conquista deste percurso carrega um pouco da graça, da paciência e do cuidado que Ele sempre teve comigo.

Expresso também minha devoção a Nossa Senhora das Graças, que sempre intercedeu por mim, mesmo quando eu ainda não compreendia a grandeza do amor e do cuidado da Mãe do Céu. Sua proteção constante me acompanhou em todo este processo, iluminando minhas escolhas, fortalecendo meu espírito e me conduzindo com suavidade e esperança. Sei que em muitos momentos foi Ela quem me acolheu, quem me acalmou e quem me guiou com carinho quando eu mais precisava.

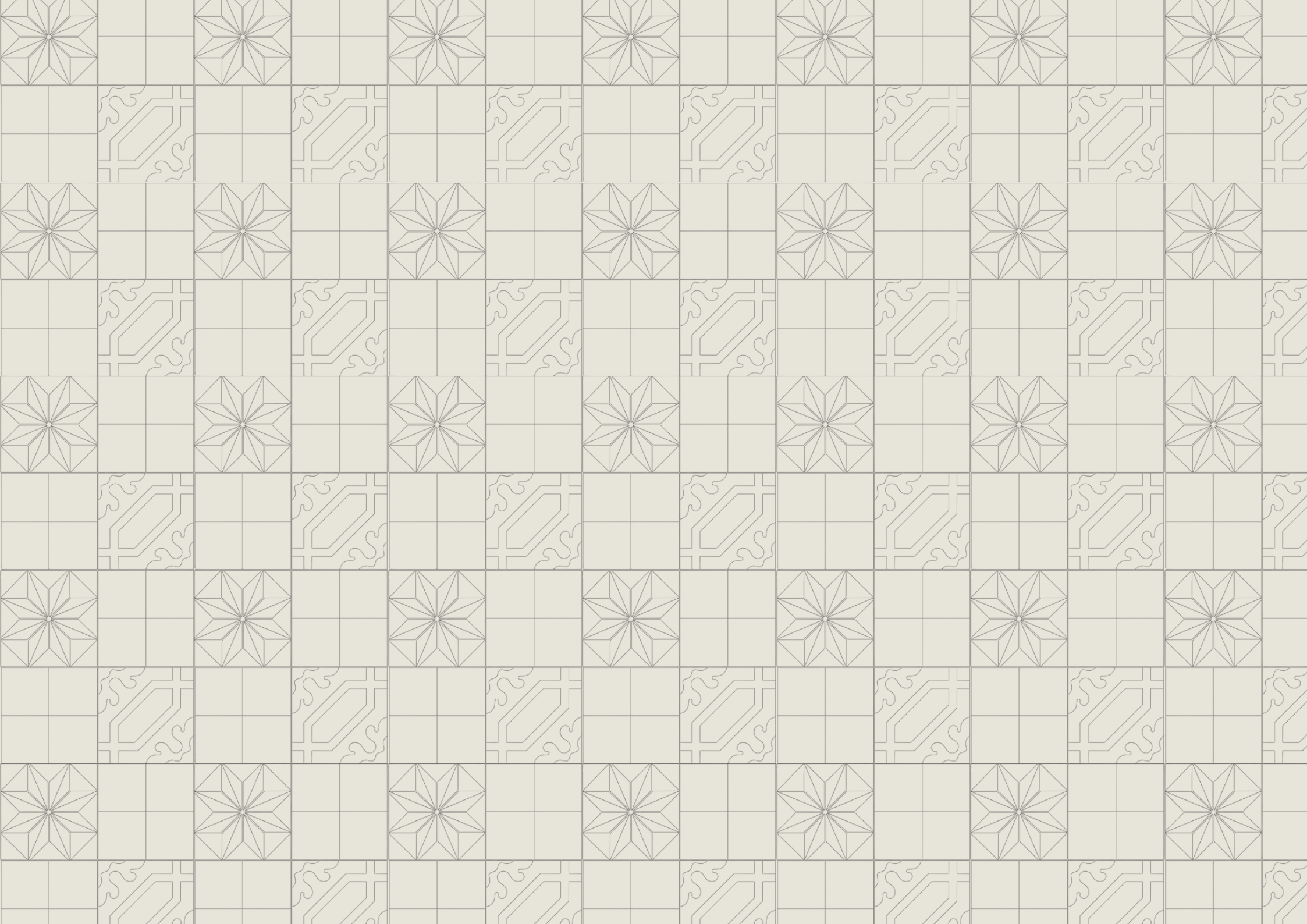
Agradeço profundamente à minha família, que esteve ao meu lado em todos os momentos, nos dias de alegria, nos de pressão e nos de cansaço. Cada palavra de apoio, cada gesto de compreensão e cada demonstração de amor foram essenciais para que eu tivesse forças para continuar. Sem eles, nada disso faria sentido.

Agradeço também ao meu namorado, Gabriel, que me acompanhou de perto nesse processo, entendendo minhas ausências, minhas preocupações e a intensidade dessa fase. Ele esteve ao meu lado com paciência, carinho e apoio verdadeiro, e isso fez toda a diferença. Saber que eu podia contar com ele me deu tranquilidade para seguir em frente.

À minha amiga Ana Clara Manhoso, minha parceira durante toda a faculdade, também deixo meu profundo agradecimento. Ana esteve comigo nos momentos mais desafiadores, dividiu risos, choros, pressões, trabalhos e inúmeras histórias. Ter a companhia dela tornou tudo mais leve, mais possível e muito mais bonito. Ela fez parte fundamental da minha trajetória e eu levo esse companheirismo comigo para além da vida acadêmica.

Agradeço ainda aos meus amigos e aos meus professores, que me ajudaram com orientações, incentivos, conhecimentos e generosidade. Cada conselho, cada explicação e cada apoio foi essencial para que eu pudesse desenvolver este projeto com dedicação e sentido.

Por fim, a todos que fizeram parte da minha jornada, deixo meu abraço mais sincero e meu agradecimento mais verdadeiro. Cada um contribuiu de uma forma única para que eu chegasse até este momento, e eu levo um pedaço de cada gesto comigo.



RESUMO

Este trabalho consiste no projeto de requalificação da Casa 300, transformando-a em uma galeria de arte, com o intuito de valorizar e ressignificar o centro histórico de Cuiabá, trazendo de volta a arte a esse local, que anteriormente já havia sido um ponto crucial para artesãos e artistas mato-grossenses. O projeto explora a relação da história da arte no local com a arquitetura de patrimônio . Um local onde vai além dos limites tradicionais oferecendo um espaço de integração igualdade valorização do estado de Mato grosso .

Projeto visa examinar o edifício de patrimônio histórico e E a história que envolve o mesmo. A casa 300 está localizada no centro histórico de Cuiabá e possui um estilo colonial português, É o mais antigo logradouro de Cuiabá está fechado devido a problemas estruturais . Com isso será feito análise De toda a edificação e sua história.

Palavras chaves : 1 -Patrimônio histórico 2- Arte 3- História 4- Centro Histórico de Cuiabá

01 INTRODUÇÃO

- 1.1. JUSTIFICATIVA
- 1.2. OBJETIVOS
- 1.3. PROBLEMATICA
- 1.4. METODOLOGIA

PAG.14

03 CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS

- 3.1. NO ÂMBITO INTERNACIONAL
- 3.2. NO ÂMBITO NACIONAL
- 3.3. NO ÂMBITO LOCAL

PAG.43

02

REFERENCIAL TEÓRICO

- 2.1. CONCEITO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL
- 2.2. PROCESSOS INTERVENÇÃO EM PATRIMÔNIOS EDIFICADOS
- 2.3. CASA 300
- 2.4. BENEFÍCIOS SOCIAIS
- 2.5. BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

PAG.21

04

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

- 4.1. CASA NO CAMPO NOVO
- 4.2. MUSEU CASA DO COLECIONADOR
- 4.3. CASA DAROS
- 4.4. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS

PAG.52

05

CONDICIONANTES DO PROJETO

- 5.1. ASPECTOS URBANOS E FUNCIONAIS
 - 5.1.1 LOCAL DA INTERVENÇÃO
 - 5.1.2. ENTORNO
 - 5.1.3. ESTUDO DE INSOLAÇÃO E VENTOS PREDOMINANTES
 - 5.1.4. HIERARQUIA VIÁRIA, TRANSPORTE PÚBLICO
 - 5.1.5. TOPOGRAFIA

PAG.67

07

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

- 7.1. PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO
- 7.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
- 7.3. DIRETRIZES DO PROJETOS
- 7.4.PLANTA PROPOSTA
- 7.5.PLANTA DE COBERTURA
- 7.6.FACHADAS
- 7.7. TODOS OS PÁSSAROS
- 7.8. CAVALETES
- 7.9.PERSPECTIVAS

PAG.93

06

DIAGNÓSTICO

- 6.1. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
- 6.2. MAPEAMENTO DE DANOS DA FACHADA
- 6.2. MAPEAMENTO DOS LADRILHOS HIDRÁULICOS
- 6.3.LAUDO DE PROSPECÇÃO
 - 6.3.1. CAMADAS ENCONTRADAS

PAG.73

CONSIDERAÇÕES FINAIS

08

PAG.121

Índice

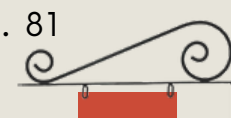
DE ILUSTRAÇÕES

figura 01: grafica pepe com faixa de protesto	12
figura 02:A Estrada Real e os caminhos do ouro	18
figura 03:Círio de Nazaré. (Belém-PA)	19
figura 04:Samba de roda do Recôncavo Baiano	19
figura 05: Festa de São Benedito	19
figura 06: Pelourinho, após da reforma do ACM. Jornal Correio, 10 set 2012.....	20
figura 07: Mapa do Plano de Revitalização do Bairro do Recife 1993	23
figura 08: Revitalizacao do Bairrado Recife 1993	23
figura 09: Largo da Ordem de Curitiba.....	24
figura 10: LARGO DA ORDEM, Conjunto Histórico do Século XVIII.....	24
figura 11: Porto Maravilha.....	26
figura 12: Porto Maravilha	26
figura 13: Edificio Martinelli	28
figura 14: Mapa do Centro Histórico de Cuiabá atual	31
figura 15: Rua Pedro Celestino.....	32
figura 16: Fachada Atual Casa 300	32
figura 17: Fachada Atual Casa 300	33
figura 18: ODS 11 prevê cidades e comunidades sustentáveis.....	34
figura 19: Planta Piso 1 ,Casa no Campo Novo	48
figura 20: Planta - Piso 2, Casa no Campo Novo.....	49
figura 21: Planta Piso 3, Casa no Campo Novo	49
figura 22: Escada de madeira Casa no Campo Novo	50

Índice

DE ILUSTRAÇÕES

figura 23: Fachada , Casa no Campo Novo	51
figura 24: Fachada , Casa no Campo Novo	51
figura 25: Nave Principal , Museu Casa do Colecionador	51
figura 26: Rampa metálica branca, Museu Casa do Colecionador.....	52
figura 27: Planta térreo, Museu Casa do Colecionador	53
figura 28: Planta 1 pavimento, Museu Casa do Colecionador	54
figura 29: Planta 2 pavimento, Museu Casa do Colecionador	54
figura 30: Corte , Museu Casa do Colecionador	54
figura 31: Situação Casa Daros.....	56
figura 32: Casa Daros	56
figura 33: Casa Daros	57
figura 34: Planta pavimento térreo, Casa Daros	57
figura 35: Planta primeiro pavimento, Casa Daros	58
figura 36: Planta segundo e terceiro pavimento, Casa Daros	58
figura 37: Casa Daros	59
figura 38: Delimitação do edifício	63
figura 39: Mapa Centro Histórico	65
figura 40: Mapa Centro Histórico	66
figura 41: Mapa hierarquia viária	67
figura 42: Mapa Topografico	68
figura 43: Planta existente	43
figura 44: Mapeamento de danos da fachada	80
figura 45: Mapeamento de danos da fachada	81



Índice

DE ILUSTRAÇÕES

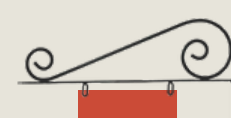
figura 46: Linha do tempo fachada	82
figura 47: Mapeamento de danos da fachada	85
figura 48: Planta demolir	86
figura 49: Planta construir	87
figura 50: Layout proposto	88
figura 51: Cobertura proposta	89
figura 52: Fachada proposta - Amarelo	90
figura 53: Fachada proposta - Vermelho	90
figura 54: Fachada proposta - Verde	91
figura 55: Fachada proposta - Verde	91
figura 56: Fachada proposta - Verde	91
figura 57: Fachada proposta - Verde	91
figura 58: Sala dos Bem-Te-Vi.....	92
figura 59: Sala João de Barro	92
figura 60: Sala dos Tucanos.....	93
figura 61: Sala dos Quero-Queros	93
figura 62: Sala das Andorinhas	93
figura 63: Área externa	94
figura 64: Área externa	94
figura 65: Área externa	94
figura 66: Área externa	94

Índice DE QUADROS

Quadro 01: Aplicações e critérios para escolha.....	27
Quadro 02: Análise das referências.....	57-58
Quadro 03: ÍNDICES URBANÍSTICO	68
Quadro 04: Diagnóstico.....	74-86
Quadro 05: fachadas	91-92

Índice DE ABREVIATURAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- NBR – Norma Brasileira
- ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



01 INTRODUÇÃO

A requalificação do patrimônio histórico constitui uma estratégia essencial para a preservação da identidade cultural de cidades com significativo acervo arquitetônico, como é o caso de Cuiabá, capital de Mato Grosso. Fundada em 1719, Cuiabá possui um centro histórico com traços da arquitetura colonial, eclética e modernista, muitos dos quais se encontram atualmente em estado de abandono. Nesse contexto, a Casa 300, situada na Rua Pedro Celestino, desponta como um símbolo da arquitetura urbana da primeira metade do século XX e da memória social cuiabana. Sua requalificação representa uma oportunidade ímpar de resgatar valores culturais e históricos, integrando o edifício ao tecido urbano contemporâneo por meio de sua transformação em uma galeria de arte. A iniciativa não apenas visa restaurar a estrutura física do imóvel, mas também fomentar o senso de pertencimento, fortalecer a identidade local e

reativar a dinâmica cultural da região central da cidade (RICARDO; WATZEL, 2024)

Entretanto, o processo de requalificação enfrenta uma série de desafios.

No caso da Casa 300, é necessário encontrar soluções que garantam a integridade de seus elementos arquitetônicos originais, ao mesmo tempo em que o espaço é adaptado para atender às exigências de acessibilidade, segurança e funcionalidade contemporânea. A compatibilização entre a preservação da autenticidade e as necessidades de uso atual é um dos principais dilemas enfrentados em intervenções dessa natureza. Além disso, o imóvel está inserido em área de interesse patrimonial, sujeita a regulamentações específicas do Plano Diretor e da legislação municipal de preservação, o que pode tornar o processo mais burocrático e lento (NÓBREGA, 2021).

A proposta de requalificação da Casa 300 também se articula com estratégias de turismo cultural, cada vez mais relevantes na revitalização de centros históricos. Ao ser

convertida em galeria de arte, a edificação poderá atrair visitantes interessados na história, cultura e produção artística local, promovendo o comércio criativo e impulsionando a economia do entorno. O turismo cultural tem se mostrado uma ferramenta eficaz de desenvolvimento econômico sustentável, como demonstram iniciativas similares em cidades como Belém e Recife, onde a valorização do patrimônio urbano contribuiu significativamente para o redesenho social e econômico das áreas centrais (RICARDO; WATZEL, 2024).

Casos bem-sucedidos de requalificação demonstram que o envolvimento da comunidade local é essencial para o êxito dessas intervenções. No caso da Casa 300, resgatar as memórias associadas ao imóvel e escutar os moradores do centro histórico de Cuiabá são passos fundamentais para garantir que o novo uso do espaço esteja alinhado com as necessidades culturais e afetivas da população. Projetos participativos tendem a gerar maior aceitação social e garantir a preservação do patrimônio como bem coletivo. Como aponta Oliveira (2017), intervenções que respeitam a história e incluem os moradores no processo decisório conseguem transformar edifícios negligenciados em polos

culturais vibrantes, gerando impacto positivo no ambiente urbano.

As abordagens projetuais voltadas à requalificação da Casa 300 devem considerar diferentes estratégias, como restauração, revitalização e adaptação, cada uma com suas especificidades técnicas e operacionais. A escolha do método mais adequado dependerá das condições estruturais do edifício, das diretrizes dos órgãos de preservação e dos objetivos socioculturais do projeto. Além disso, novas demandas têm orientado o campo da requalificação, como a adoção de práticas sustentáveis, acessibilidade universal e uso de tecnologias inovadoras, incluindo modelagem digital e simulações interativas para fins de documentação e difusão do patrimônio. Tais recursos podem ser aplicados à Casa 300 para ampliar sua função educativa e comunicativa, aproximando as novas gerações da história de Cuiabá (SANTANNA; RIBEIRO; NETO et al., 2021).

TEMA

Abordagem do Tema: Desenvolvimento de projetos de requalificação Patrimônio histórico do casarão 300 no centro histórico de Cuiabá

Tema: Arquitetura de patrimônio histórico

Sub-Tema: Requalificação do casarão 300

Local: Cuiabá-MT

1.1 JUSTIFICATIVA

O centro histórico de Cuiabá vem, há décadas, sendo alvo de marginalização urbana, reflexo da ausência de políticas públicas efetivas de preservação, da insegurança e do descaso com o patrimônio edificado. Essa negligência tem contribuído para o esvaziamento comercial e turístico da região tombada. Atualmente, existem mais de 400 imóveis localizados em áreas de proteção patrimonial (BRUNO, 2023), muitos deles em avançado estado de degradação.

Neste cenário de desvalorização, o Casarão 300 desponta como um marco arquitetônico e simbólico da memória urbana cuiabana. Localizado na tradicional Rua Pedro Celestino, o edifício apresenta potencial para receber novos

usos compatíveis com sua estrutura e relevância histórica. A requalificação do casarão, transformando-o em uma galeria de arte, surge como uma resposta arquitetônica e sociocultural à atual marginalização do centro, além de oferecer um espaço de valorização à produção artística regional. O projeto propõe não apenas preservar a memória material da edificação, mas também contribuir para a revitalização cultural e econômica do entorno urbano.

Figura 01- Grafica pepe com faixa de protesto



Fonte: "Faixas foram colocadas em casarões históricos no Centro de Cuiabá" — Foto: Thiago Ferreira/Arquivo Pessoal

1.2 OBJETIVOS

OBJETIVO | GERAL

Desenvolver a requalificação do Casarão 300, localizado no centro histórico de Cuiabá, por meio de sua transformação em uma galeria de arte, com o intuito de resgatar sua vocação original ligada às manifestações artísticas e aos ofícios tradicionais locais, promovendo a valorização cultural e a preservação patrimonial, adaptando-o às necessidades contemporâneas.

OBJETIVOS | ESPECÍFICOS

- Realizar levantamento bibliográfico e teórico sobre patrimônio histórico e requalificação urbana;
- Estudar os condicionantes legais e normativos aplicáveis a projetos de intervenção em bens culturais;
- Analisar estudos de caso que envolvem requalificação de edificações históricas para usos culturais;
- Compreender o funcionamento espacial do casarão, propondo um fluxograma coerente com sua nova função;

- Desenvolver um projeto arquitetônico de requalificação pautado em critérios de preservação, acessibilidade, sustentabilidade e função social.

1.3 PROBLEMATICA

A marginalização do centro histórico de Cuiabá e a desvalorização da arte regional são questões interligadas, resultado da falta de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio e ao fortalecimento da identidade local. Apesar do seu valor histórico, o centro enfrenta abandono e esvaziamento funcional. Segundo levantamento do IPHAN-MT, em 2019, 96 imóveis estavam vazios e 52 em risco de colapso (GUIMARÃES, 2019). Em 2025, constatou-se que cerca de 300 imóveis estavam abandonados ou subutilizados (MASCARO; ALMEIDA, 2025). Reportagens também apontam que mais de 400 imóveis da área tombada apresentam sinais de deterioração, com casos de desabamento por falta de manutenção (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2024). Esse cenário é agravado pela migração do comércio e o esvaziamento socioeconômico (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT, 2025).

Paralelamente, artistas mato-grossenses carecem de espaços culturais, dificultando a valorização da produção artística local (COSTA, 2015). Assim, é urgente a requalificação do centro, integrando preservação, cultura e inclusão social.

De que forma a requalificação do Casarão 300 pode contribuir para a valorização da arte e para a revitalização do centro histórico de Cuiabá, promovendo integração comunitária e resgate cultural?

A proposta de transformação do casarão em galeria de arte representa mais do que uma intervenção arquitetônica: trata-se de um instrumento para impulsionar a cultura local, reconstruir vínculos sociais e reativar simbolicamente o espaço urbano, promovendo inclusão e desenvolvimento sustentável.

1.4 METODOLOGIA

Para a construção de uma proposta projetual consistente voltada à requalificação de um patrimônio histórico, partiu-se, inicialmente, da compreensão profunda das demandas específicas que envolvem esse tipo de edificação, considerando seu valor cultural, simbólico e social, bem como as necessidades do público a que se destina. Dada a complexidade e singularidade do tema, optou-se pela adoção do método de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa.

Segundo Gil (2008, p. 43), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Já a abordagem qualitativa, conforme Minayo (2012, p. 21),



“permite uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, considerando suas dimensões subjetivas, simbólicas e contextuais, o que é essencial para captar as especificidades do meio rural e sua relação com a arquitetura” MINAYO (2012) p. 21.

Tal abordagem é fundamental quando se trata de patrimônio histórico, cuja preservação demanda sensibilidade às suas múltiplas camadas de significado e à sua inserção no território.

O referencial teórico deste trabalho será fundamentado em uma ampla revisão bibliográfica, composta por artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses que abordam temas relacionados à requalificação de patrimônios históricos, preservação arquitetônica, políticas culturais e práticas de sustentabilidade aplicadas ao patrimônio. Essa diversidade de fontes possibilitará uma compreensão aprofundada dos conceitos, metodologias e experiências que embasam a proposta projetual, garantindo rigor acadêmico e embasamento consistente para as análises e soluções apresentadas.

Dando continuidade à fundamentação metodológica, a proposta de requalificação do patrimônio histórico considerou a análise documental das condicionantes legais e normativas técnicas pertinentes. Foram adotadas como base a ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a ABNT NBR 15575 (Norma de Desempenho de Edificações Habitacionais), o

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limites, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Além dessas diretrizes, os princípios do Desenho Universal foram incorporados como referência projetual, assegurando que a proposta atenda às exigências de acessibilidade de forma ampla e inclusiva.

Adicionalmente, foram utilizados referenciais projetuais apresentados em formato descritivo, com o objetivo de exemplificar soluções aplicáveis à realidade do bem patrimonial em questão. Tais referenciais contemplam aspectos relacionados ao conforto ambiental (climático e lumínico), sustentabilidade, métodos construtivos compatíveis com a pré-existência, flexibilidade espacial e, prioritariamente, acessibilidade. Dessa forma, buscou-se garantir que a proposta final esteja alinhada não apenas às exigências legais, mas também às necessidades funcionais e sociais do público, respeitando e valorizando as características históricas, arquitetônicas e culturais do edifício.

02 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL

O patrimônio histórico é a expressão física e simbólica da memória coletiva de uma sociedade. Mais do que um conjunto de edificações antigas, ele representa o elo entre o passado e o presente, materializando identidades, modos de vida e valores culturais de diferentes gerações. Preservar o patrimônio é manter viva a história urbana, as práticas sociais, as narrativas arquitetônicas e os vínculos afetivos que estruturam a vida em comunidade.

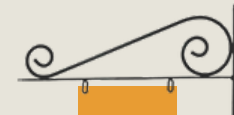
“

De acordo com Choay (2001), o patrimônio deve ser compreendido como a "materialização do passado em espaços contemporâneos"

o que reforça seu papel formativo na construção da consciência histórica das populações. Essa percepção é reforçada pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 216 define o patrimônio cultural brasileiro como um bem de interesse coletivo, cuja proteção é dever do Estado, da sociedade e de cada cidadão.

De acordo com a definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), patrimônio histórico é "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no território nacional cuja conservação seja de interesse público, por sua relevância histórica, artística, arqueológica, paleontológica ou cultural" (IPHAN, 2020). Tal concepção abrange tanto elementos arquitetônicos e urbanísticos quanto manifestações culturais, como festas populares, saberes tradicionais e práticas religiosas.

A importância cultural do patrimônio histórico reside em sua capacidade de manter viva a memória social, promovendo a valorização da identidade local e o sentimento de pertencimento.



“

Como destaca Ruskin (1989), "a arquitetura antiga é a linguagem de gerações passadas e sua preservação é uma forma de escutar suas vozes"

Assim, a preservação do patrimônio contribui não apenas para a educação histórica e estética da população, mas também para o fortalecimento da cidadania e da diversidade cultural. Além disso, a conservação do patrimônio pode impulsionar o desenvolvimento sustentável, especialmente por meio do turismo cultural.

“

um recurso estratégico para o planejamento urbano, capaz de promover inclusão social, geração de renda e revitalização de áreas degradadas. Fonseca (2005)

Dessa forma, sua proteção e requalificação devem estar integradas às políticas públicas e ao planejamento urbano, garantindo sua fruição pelas gerações presentes e futuras.

A importância cultural do patrimônio histórico se revela especialmente em sua função de manter viva a memória coletiva e fortalecer os laços identitários. Como afirma Lowenthal (1998), "a história nos ensina, mas o patrimônio nos representa".

Ou seja, ele permite que as gerações presentes se conectem com o passado de forma tangível e simbólica, garantindo a continuidade da herança cultural. No Brasil, há inúmeros exemplos que ilustram o valor do patrimônio histórico. As cidades coloniais de Ouro Preto (MG), Olinda (PE), São Luís (MA) e Salvador (BA), por exemplo, foram tombadas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO devido à conservação de seus centros históricos e à representatividade de suas arquiteturas barrocas, como o caminho do ouro (figura 02).

Figura 02— A Estrada Real e os caminhos do ouro



Fonte: Mapa Ilustrativo da atual Estrada Real-
memória do transporte

Além disso, há manifestações imateriais de grande relevância, como o Círio de Nazaré em Belém (figura 03), o samba de roda do Recôncavo Baiano (figura 04), ou as festas de São Benedito em Cuiabá (figura 05), que também são reconhecidas como patrimônios culturais, pois transmitem valores, modos de vida e espiritualidades que integram o tecido social brasileiro.

Figura 03— Círio de Nazaré. (Belém-PA)



Fonte: arquidiocese de Belém (PA)

Figura 04 — Samba de roda do Recôncavo Baiano



Fonte: Samba de Roda do Recôncavo Baiano – BCR – IPHAN

Figura 05 — Festa de São Benedito



Fonte: cuiaba.mt.gov.br

A preservação desses bens, contudo, enfrenta desafios constantes. A especulação imobiliária, o abandono, a descaracterização arquitetônica e a falta de políticas públicas eficazes são fatores que ameaçam o patrimônio. Como destaca Fonseca (2005), o processo de patrimonialização deve ir além da simples conservação física, envolvendo a participação da comunidade, educação patrimonial e ações de requalificação que integrem os bens culturais à dinâmica urbana contemporânea.

Requalificar áreas históricas, portanto, é uma estratégia essencial não só para a conservação, mas para sua reintegração ao cotidiano das cidades. Quando revitalizado de maneira sensível e participativa, o patrimônio pode impulsionar o turismo cultural, promover inclusão social e fomentar a economia criativa. Como exemplo recente, o Pelourinho, em Salvador (figura 06), passou por processos de requalificação que, apesar de polêmicos, mostraram o potencial de reativação econômica e valorização da cultura afro-brasileira quando há investimento articulado.

Figura 06— Pelourinho, após da reforma do ACM.
Jornal Correio, 10 set 2012.



Fonte: cronologia do urbanismo - ufba.

o patrimônio histórico-cultural deve ser visto como um ativo vivo, dinâmico, que contribui para o fortalecimento da cidadania, da memória social e da diversidade cultural. Sua preservação e valorização são responsabilidades compartilhadas entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, sendo fundamental que políticas de gestão patrimonial estejam alinhadas com o desenvolvimento urbano sustentável e o direito à cidade.

2.2 PROCESSOS INTERVENÇÃO EM PATRIMÔNIOS EDIFICADOS

2.2.1 CONSERVAÇÃO

A conservação é a ação mínima e contínua sobre o patrimônio. Tem como objetivo impedir o avanço da degradação física e garantir a estabilidade estrutural do bem, mantendo suas características originais. Segundo a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), a conservação deve respeitar o valor histórico, técnico e estético do imóvel, evitando adições e alterações que possam comprometer sua autenticidade. Exemplo: monitoramento e impermeabilização de coberturas, reforço de fundações e controle de agentes de deterioração em igrejas coloniais.

2.2.2. RESTAURAÇÃO

A restauração é uma prática fundamental na preservação do patrimônio histórico, pois visa recuperar e conservar as características originais de um bem cultural, respeitando sua autenticidade e valor histórico.

De acordo com Cesare Brandi (2004), um dos principais teóricos da restauração moderna, o processo deve ser guiado por critérios científicos e éticos, buscando "reintegrar a unidade potencial da obra sem falsificações ou anacronismos".

No Brasil, a restauração segue as diretrizes do IPHAN, que orienta intervenções baseadas no respeito à materialidade, à técnica construtiva original e à memória coletiva associada ao bem. A restauração não tem como objetivo "modernizar" ou transformar, mas sim conservar e valorizar o que foi herdado, assegurando sua continuidade para as futuras gerações.

Quando bem executada, a restauração permite que edifícios históricos sejam reinseridos na vida urbana com novas funções sociais, sem perder sua identidade cultural. Assim, ela se configura não apenas como um ato técnico, mas como uma ação de profundo significado cultural e social.

2.2.3. REVITALIZAÇÃO

A revitalização do patrimônio histórico consiste em um conjunto de ações destinadas à recuperação e reintegração de bens culturais à dinâmica urbana contemporânea, respeitando seus valores simbólicos, históricos, arquitetônicos e sociais. Mais do que a simples restauração de edificações antigas, trata-se de um processo que visa ressignificar esses espaços, articulando preservação da memória com novos usos urbanos, econômicos e culturais.

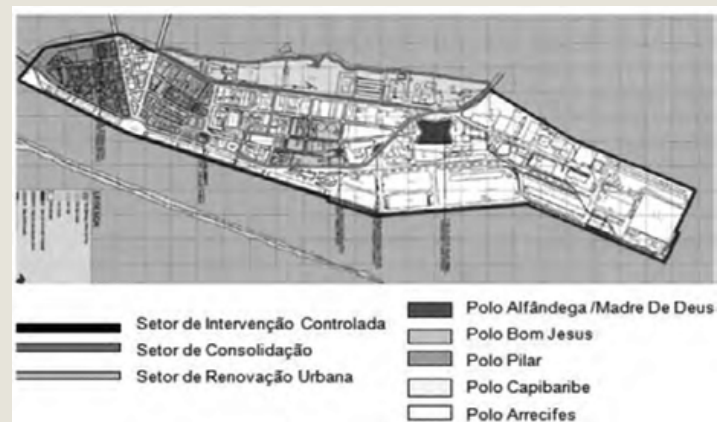
Conforme define o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural é composto por um conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a identidade e a memória coletiva de uma sociedade. Dessa forma, sua revitalização deve considerar tanto a conservação física dos imóveis quanto sua inserção ativa no cotidiano da cidade, permitindo a apropriação social e a valorização de sua função simbólica (IPHAN, 2019)

A valorização do patrimônio, segundo Françoise Choay (2001), exige uma abordagem crítica e contextualizada, que evite tanto a musealização quanto a descaracterização dos espaços históricos. Para a autora, é preciso compreender que o patrimônio vive, e só permanece significativo quando integrado ao tecido urbano e às transformações da sociedade. Isso implica, por exemplo, adaptar antigas edificações a novos usos — como centros culturais, espaços de convivência, equipamentos públicos ou atividades econômicas compatíveis — sem comprometer suas características originais.

A revitalização do patrimônio histórico também contribui para o fortalecimento da identidade urbana, sendo uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável. Ao manter vivas as referências culturais e arquitetônicas do passado, promove-se um sentimento de pertencimento e continuidade, além de potencializar o turismo cultural e a economia criativa. Como destaca Lemos (1999), a preservação do patrimônio deve ser vista como um investimento social e cultural, e não como um obstáculo ao progresso.

No Brasil, há diversos exemplos bem-sucedidos de revitalização de áreas históricas, que servem como referência para cidades que buscam reativar seus centros antigos. O Pelourinho, em Salvador (BA), passou por um amplo processo de requalificação nas décadas de 1990 e 2000, com restauração de imóveis coloniais, implantação de equipamentos culturais e estímulo ao turismo, tornando-se um símbolo da valorização da cultura afro-brasileira (SANTOS, 2007). Outro exemplo é o Recife Antigo (figura 07), em Pernambuco, onde a requalificação urbana devolveu vitalidade ao bairro histórico por meio da instalação de empresas de tecnologia, centros culturais, museus e ações de incentivo à ocupação residencial e turística (MONTEIRO, 2014).

Figura 07—Mapa do Plano de Revitalização do Bairro do Recife 1993



Fonte: REVITALIZAÇÃO URBANA E ACESSIBILIDADE DO BAIRRO DO RECIFE Márcia Rejane O. B. C. Macedo
Jéssica Helena de Lima Maria Leonor

Figura 08— -Revitalizacao-do-Bairro-do-Recife-1993



Fonte: revista de pernambuco

O Largo da Ordem (figura 09 e 10), em Curitiba (PR), também é citado como caso exemplar, com investimentos contínuos na recuperação do patrimônio edificado, organização de feiras culturais e fomento ao uso misto dos espaços — integrando moradia, comércio e lazer —, o que contribuiu para a permanência de diferentes grupos sociais no centro histórico (FONSECA, 2012). Esses casos demonstram que, quando há articulação entre políticas públicas, financiamento adequado e participação social, é possível revitalizar áreas históricas com respeito à sua memória e potencializar seu papel na vida urbana contemporânea.

A revitalização do patrimônio histórico é uma estratégia multidimensional que permite não apenas conservar bens materiais do passado, mas também reativar seu valor simbólico no presente. Quando orientada por princípios de preservação, inclusão e uso sustentável, ela contribui para transformar o patrimônio em agente de desenvolvimento urbano, social e cultural.

Figura 09—Largo da Ordem de Curitiba



Fonte: turistia , isabel porto

Figura 10 — LARGO DA ORDEM, Conjunto Histórico do Século XVIII



Fonte: foto strada

2.2.4. REQUALIFICAÇÃO

A requalificação urbana é um processo voltado à reestruturação de áreas consolidadas das cidades, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida, da funcionalidade urbana e da valorização dos espaços públicos e edificações existentes. No caso dos centros históricos, esse conceito adquire uma dimensão ainda mais ampla, pois envolve a articulação entre preservação do patrimônio, renovação de usos e reintegração dessas áreas à dinâmica contemporânea da cidade (BRANDÃO, 2006).

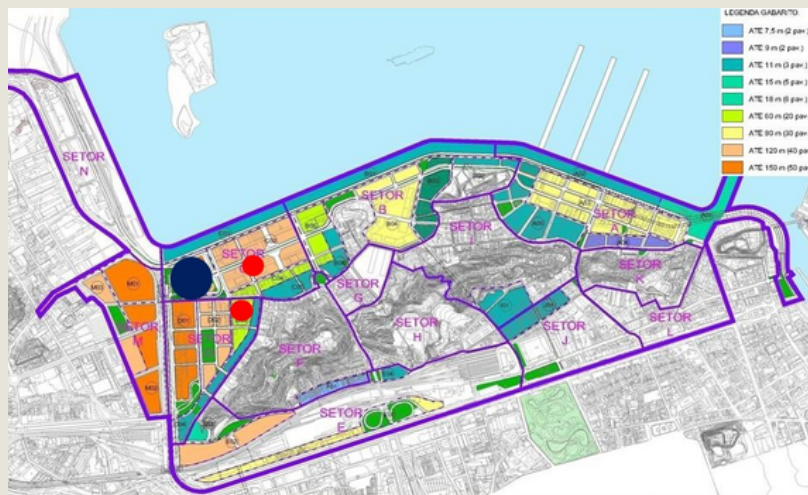
Ao contrário da simples restauração ou conservação, a requalificação implica intervenções físicas, sociais e econômicas capazes de transformar o espaço urbano de maneira integrada. Como destaca Villaça (2001), a requalificação não pode se restringir ao embelezamento ou à “limpeza” dos espaços históricos, mas deve considerar as relações sociais, a moradia, a mobilidade e os usos que assegurem a permanência de diferentes grupos sociais no território.

A importância da requalificação de centros históricos reside em sua capacidade de

resgatar o valor simbólico e funcional dessas áreas, muitas vezes degradadas pela expansão urbana, especulação imobiliária e políticas públicas excludentes. A requalificação pode restituir vitalidade a esses espaços por meio da introdução de novos usos, como habitação, cultura, comércio local e turismo, promovendo um uso misto e equilibrado do território (MARICATO, 2011).

Em diversas cidades brasileiras, a requalificação urbana tem sido adotada como estratégia para revitalizar áreas históricas degradadas. O caso do Porto Maravilha (figura 11), no Rio de Janeiro, é um exemplo emblemático, embora controverso: o projeto promoveu melhorias urbanísticas e a reocupação da região portuária, mas enfrentou críticas quanto à gentrificação e à remoção de comunidades tradicionais. Já o Recife Antigo é considerado uma experiência mais equilibrada, com políticas que buscaram integrar preservação do patrimônio, ocupação econômica criativa e acessibilidade ao espaço público (MONTEIRO, 2014).

Figura 11— Porto maravilha



Fonte: a beira do urbanismo

Figura 12—Porto Maravilha



Fonte: prefeitura do Rio de Janeiro

Segundo Borja e Muxí (2004), a requalificação deve ser pautada por princípios como acessibilidade, diversidade social, sustentabilidade e participação cidadã. Isso significa que os centros históricos não devem ser tratados como espaços isolados ou elitizados, mas como territórios vivos, inseridos na lógica urbana mais ampla e capazes de responder às demandas de seus habitantes e frequentadores.

Assim, a requalificação do patrimônio histórico deve ser compreendida como um processo estratégico e multidimensional, que ultrapassa a restauração pontual de imóveis e se propõe a redesenhar as relações sociais, econômicas e culturais com o território. Ao requalificar, preserva-se a memória, mas também se projeta o futuro, permitindo que os centros históricos como o de Cuiabá se tornem novamente espaços de convivência, identidade e desenvolvimento urbano sustentável.

2.2.5. RETROFIT

O termo retrofit refere-se ao processo de modernização de edificações antigas, por meio da inserção de tecnologias contemporâneas e adequações funcionais, sem comprometer os elementos arquitetônicos e históricos originais da construção. Essa prática tem ganhado destaque como alternativa eficaz para a requalificação de imóveis históricos, especialmente em contextos urbanos onde a preservação da memória deve ser conciliada com as exigências de uso atual (LEITE, 2003).

Diferentemente da restauração, que visa primordialmente à conservação de características originais, o retrofit busca adaptar os edifícios ao uso contemporâneo — como acessibilidade, eficiência energética, segurança, instalações elétricas e hidráulicas — ao mesmo tempo em que preserva sua identidade estética e cultural. Essa estratégia possibilita o prolongamento da vida útil dos edifícios e contribui para a sustentabilidade urbana, ao reutilizar estruturas existentes e evitar a demolição e substituição por novas construções (FRANÇA, 2010).

Segundo Bonduki (2009), o retrofit pode ser uma ferramenta essencial no processo de requalificação urbana de centros históricos, pois permite a recuperação do valor simbólico de imóveis tombados ou protegidos, com a incorporação de novos usos sociais, culturais e econômicos. Dessa forma, além de preservar o passado, o retrofit estimula a ocupação dos centros antigos, favorecendo a diversidade de funções urbanas e o uso misto do território.

Diversos exemplos de retrofit no Brasil ilustram o potencial dessa prática. Em São Paulo, o Edifício Martinelli (FIGURA 13) assou por um processo de modernização sem descaracterização, mantendo sua importância histórica ao mesmo tempo em que foi reintegrado à dinâmica urbana. Outro caso é o Hotel Glória, no Rio de Janeiro, que passou por retrofit visando recuperar sua estrutura histórica e funcionalidade, sem perder os traços arquitetônicos que o tornaram ícone da cidade (SILVA, 2015).

Figura 13— Edifício Martinelli



Fonte: aec web

No contexto de Cuiabá, o retrofit apresenta-se como uma solução estratégica para os imóveis do centro histórico, muitos dos quais encontram-se em situação de abandono, subutilização ou comprometimento estrutural. Ao permitir a atualização técnica das edificações para abrigar novos usos — como museus, centros culturais, comércio, moradia e serviços públicos — o retrofit pode viabilizar sua reocupação sem abrir mão da preservação patrimonial (COSTA, 2015). Essa abordagem é especialmente pertinente diante da necessidade de promover o reaproveitamento

de edificações históricas como agentes de regeneração urbana e cultural.

Além de seus benefícios técnicos, o retrofit carrega uma dimensão simbólica importante: ele representa a convivência entre passado e presente, entre memória e inovação. Segundo Munhoz (2013), o retrofit é uma prática que valoriza a história ao mesmo tempo em que responde às demandas do tempo presente, permitindo que o patrimônio histórico seja vivido, apropriado e continuamente ressignificado pelas gerações atuais.

Portanto, o retrofit é mais do que uma técnica de intervenção arquitetônica; trata-se de uma estratégia inteligente e sustentável de preservação urbana. Quando integrado a políticas públicas de requalificação e conservação do patrimônio, pode ser decisivo para devolver centralidade, vitalidade e dignidade a centros históricos como o de Cuiabá.

2.2.5.APLICAÇÕES E CRITÉRIOS PARA ESCOLHA

Tipo de Intervenção	Finalidade Principal	Modificações Permitidas	Ênfase
Conservação	Manutenção e prevenção da deterioração	Mínimas	Técnica
Restauração	Recuperação da integridade original	Limitadas e reversíveis	Histórica/Estética
Revitalização	Inserção em novas dinâmicas urbanas	Moderadas	Urbana/Social
Requalificação	Novo uso compatível com preservação	Amplas, com projeto técnico	Funcional/Cultural
Retrofit	Modernização tecnológica e normativa	Altamente técnicas	Técnica/Normativa

Quadro 01 - Aplicações e critérios para escolha

Cada tipo de intervenção deve ser escolhido com base em diagnósticos técnicos, potencial de uso, valor simbólico, estado de conservação e legislação vigente. Em muitos casos, é comum a sobreposição de abordagens por exemplo, uma requalificação que inclui restauração de fachadas e retrofit das instalações internas.

A correta intervenção em bens culturais exige mais que técnicas construtivas: envolve ética profissional, consciência histórica e participação social. A Casa 300 possui não apenas um valor arquitetônico, mas também afetivo e simbólico para os moradores de Cuiabá. Sua requalificação pode inspirar uma nova forma de viver e preservar o centro histórico da cidade, promovendo inclusão, educação, cultura e sustentabilidade urbana.

2.3.CASA 300

Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, foi oficialmente fundada em 8 de abril de 1719 por bandeirantes paulistas liderados por Pascoal Moreira Cabral, após a descoberta de ouro às margens do rio Coxipó. A formação inicial da cidade ocorreu como um arraial de mineração, característica comum aos núcleos urbanos surgidos durante o ciclo do ouro no Brasil colonial (SOUZA, 2006). Graças à sua posição geográfica estratégica e ao potencial econômico da região, Cuiabá rapidamente se transformou em um importante entreposto para o avanço da colonização portuguesa no interior do Centro-Oeste.

Ao longo do século XVIII, a cidade consolidou-se como polo econômico, administrativo e militar, sobretudo após a criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, quando Cuiabá foi elevada à condição de sua sede (AZAMBUJA, 2011). Esse novo status impulsionou a construção de edifícios públicos, igrejas, quartéis e casarões, muitos dos quais ainda compõem o tecido urbano do centro histórico. O traçado urbano da cidade, com ruas

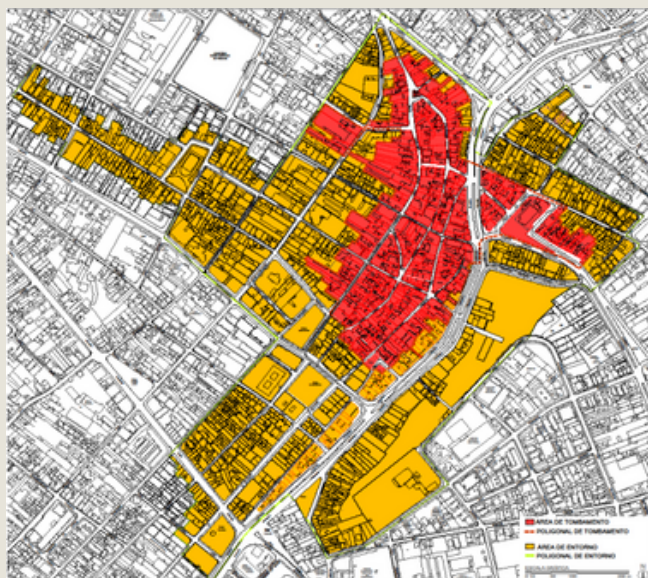
estreitas e irregulares, reflete a morfologia típica dos assentamentos coloniais formados sob influência da mineração, nos quais o crescimento se dava de forma orgânica e adaptada ao relevo (CORRÊA, 1987)

A relevância histórico-cultural de Cuiabá é evidenciada pelo conjunto arquitetônico remanescente, que inclui estilos diversos como o barroco, o eclético e o modernismo regionalizado — este último caracterizado por adaptações funcionais ao clima e à cultura locais (IPHAN, 2019). Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o centro histórico da cidade concentra aproximadamente 200 edificações de interesse patrimonial, configurando-se como um dos principais acervos históricos da região Centro-Oeste (IPHAN, 2019).

Durante o século XX, especialmente entre as décadas de 1920 e 1950, Cuiabá passou por um intenso processo de transformação urbana, marcado pelo fortalecimento da sua função administrativa, pelo crescimento populacional e pela consolidação definitiva como capital do estado de Mato Grosso. Esses fatores impulsionaram a modernização da malha urbana, a pavimentação de vias, a criação de equipamentos públicos e a valorização de áreas

centrais, promovendo mudanças significativas na paisagem arquitetônica e urbana da cidade (COSTA, 2015).

Figura 14 — Mapa do Centro Histórico de Cuiabá atual. Em vermelho: área de tombamento. Em amarelo: área de entorno



Fonte: Mapa do Centro Histórico de Cuiabá, IPHAN-MT. Organizado por Araújo, F.A.P. 2014.

Nesse período, observa-se a implantação de importantes instituições públicas, como repartições administrativas, escolas e hospitais, que contribuíram para a verticalização e a diversificação de usos no núcleo urbano.

Além disso, houve a valorização de um estilo arquitetônico que mesclava elementos do ecletismo com traços do modernismo incipiente, tendência comum nas capitais brasileiras em processo de urbanização (VILLAÇA, 2001).

É nesse contexto que surgem edificações de grande valor histórico e simbólico, como a Casa 300, localizada na Rua Pedro Celestino, uma das principais vias comerciais e institucionais da Cuiabá antiga. Este imóvel, além de representar um marco da arquitetura urbana da primeira metade do século XX, também carrega consigo a memória do ciclo comercial e político que definiu o caráter do centro histórico da cidade. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Casa 300 é um dos exemplares que contribuem para a caracterização do conjunto arquitetônico da área tombada, refletindo a transição entre os estilos tradicionais e os modernos regionalizados (IPHAN, 2019).

Figura 15 — Rua Pedro Celestino



Fonte: almanaque cuiaba

O edifício apresenta traços típicos da arquitetura urbana do período, como paredes espessas de alvenaria, janelas emolduradas, frontão e elementos decorativos no estilo eclético, evidenciando uma transição entre as influências coloniais e o repertório arquitetônico moderno que começava a se consolidar no Brasil. A Rua Pedro Celestino, por sua vez, foi uma das primeiras a ser calçadas e arborizadas na cidade, funcionando como eixo de circulação entre o antigo Largo do Rosário (hoje Praça Ipiranga) e a Praça Alencastro — marcos da vida pública cuiabana.

Figura 16 — Fachada Atual Casa 300



Fonte: gazeta news .

A Casa 300 recebeu esse nome devido à sua numeração oficial no cadastro de imóveis da cidade. Embora não tombada oficialmente, é reconhecida por moradores antigos como ponto de referência histórica e cultural. Durante boa parte do século XX, abrigou atividades comerciais, como armarinhos, oficinas e escritórios, desempenhando papel importante no cotidiano econômico e social do centro de Cuiabá.

A Casa 300 é um exemplo típico da arquitetura urbana cuiabana da primeira metade do século XX, período em que o ecletismo ainda influenciava fortemente as construções civis. A edificação apresenta volumetria simétrica, cobertura em telhado de quatro águas, fachada com elementos decorativos geométricos e janelas de madeira em arco abatido, compondo um conjunto que alia sobriedade e ornamentação. Esses traços expressam a transição entre os estilos mais tradicionais e as influências do modernismo regionalizado que ganhavam força na arquitetura mato-grossense (IPHAN, 2019).

Durante décadas, a Casa 300 funcionou como residência e, posteriormente, como ponto comercial e institucional, abrigando diferentes atividades que refletiam o dinamismo do centro da cidade. Sua localização estratégica, em uma das vias mais movimentadas de Cuiabá, fez do imóvel uma referência para o cotidiano urbano e para a memória coletiva dos cuiabanos.

Com o processo de esvaziamento progressivo do centro histórico a partir da década de 1970 — motivado pela expansão urbana desordenada e pela transferência das centralidades comerciais para outras regiões da cidade — a Casa 300,

Figura 17 — Fachada Atual Casa 300



Fonte: gazeta news .

assim como muitos outros imóveis da área central, entrou em processo de degradação e perda de funcionalidade (COSTA, 2015). No entanto, diferentemente de outros bens patrimoniais, o imóvel foi objeto de esforços de preservação e atualmente encontra-se restaurado, integrando-se ao circuito cultural e turístico do centro histórico.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Casa 300 é considerada um exemplar de valor arquitetônico e simbólico, por representar uma das fases de consolidação urbana da capital mato-grossense e por manter viva a memória de um período

fundamental da história local (IPHAN, 2019). Sua preservação é essencial não apenas pela materialidade que carrega, mas também por sua capacidade de promover conexões entre o passado e o presente, contribuindo para a requalificação e revitalização do centro histórico como um todo.

Portanto, a história da Casa 300 vai além de sua estrutura física: ela expressa as transformações sociais, culturais e urbanas de Cuiabá, funcionando como um símbolo de resistência da identidade arquitetônica e histórica da cidade. Sua manutenção e valorização são fundamentais para que o patrimônio histórico continue a ocupar um lugar central na construção de uma cidade mais consciente de sua memória e de seu futuro.

Além de seus aspectos arquitetônicos, a Casa 300 guarda um importante valor imaterial, ligado à memória da cidade e à identidade de seus habitantes. Como aponta Nora (1993) em seus estudos sobre "lugares de memória", espaços como este, mesmo quando não oficialmente tombados, tornam-se depósitos simbólicos das experiências coletivas. Nesse sentido, sua requalificação deve ser entendida como um processo multidimensional, que combina restauro técnico com escuta comunitária, planejamento

participativo e valorização da cultura local. A galeria de arte prevista poderá servir como espaço de encontro intergeracional, formação cultural, exposições de artistas regionais e oficinas educativas, contribuindo diretamente para o fortalecimento do senso de pertencimento e para o resgate da história viva de Cuiabá. Tais iniciativas estão alinhadas aos princípios da Agenda 2030 da ONU, especialmente no que se refere à promoção de cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis (ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Figura 18 — ODS 11 prevê cidades e comunidades sustentáveis



Fonte: redeodsbrasil.org

2.4. BENEFÍCIOS SOCIAIS

A requalificação de patrimônio histórico não é apenas uma intervenção técnica e arquitetônica, mas também uma ação que pode gerar benefícios sociais significativos. Além de seguir diretrizes técnicas e legais para preservar a autenticidade e integridade dos bens culturais (SILVA, 2024), esse processo tem o potencial de revitalizar áreas urbanas degradadas, melhorar a qualidade de vida dos moradores e resgatar o valor simbólico de espaços marcantes para a memória coletiva.

Antes de qualquer intervenção, o estudo aprofundado da história e das características do bem patrimonial permite não apenas a conservação física adequada, mas também o fortalecimento do vínculo cultural entre a população e o local. Esse conhecimento pode ser transformado em ações educativas e culturais que envolvam a comunidade, despertando o interesse pela valorização do patrimônio e ampliando o acesso ao conhecimento histórico local (SILVA, 2022).

O envolvimento de profissionais especializados — como arquitetos, historiadores e restauradores — garante que as intervenções respeitem a

identidade do bem, mas também que tragam soluções que possam gerar benefícios sociais, como novos usos para espaços abandonados (centros culturais, espaços de formação, museus comunitários, entre outros). Esse reaproveitamento colabora para a dinamização econômica e social das áreas requalificadas (TOFANI, 2019).

O diálogo com os órgãos de preservação e com a comunidade local também desempenha um papel central no sucesso das intervenções. A escuta ativa dos moradores e atores sociais permite que as obras reflitam as necessidades reais do território, incorporando aspectos sociais e culturais que geram senso de pertencimento, orgulho e engajamento na preservação dos espaços históricos (BOLAN, 2017). Essa participação ativa favorece uma apropriação positiva dos espaços, transformando o patrimônio requalificado em ponto de encontro, convívio e troca.

Do ponto de vista ambiental e social, práticas sustentáveis aplicadas à requalificação — como o uso de materiais locais, reaproveitamento de estruturas e redução de resíduos — colaboram não só para a preservação ecológica, mas também para a geração de empregos e

capacitação de mão de obra local, estimulando a economia circular (BRUNA; GOUVEIA, 2017).

Contudo, os desafios são muitos: escassez de recursos financeiros, falta de mão de obra qualificada e resistência de parte da população. Tais obstáculos exigem articulação entre setor público, privado e sociedade civil para garantir políticas inclusivas e sustentáveis. A adoção de incentivos fiscais e programas de formação profissional são caminhos viáveis para tornar a requalificação uma ferramenta de transformação social (RICARDO; WATZEL, 2024).

Dessa forma, ao ser bem conduzida, a requalificação do patrimônio histórico atua como um instrumento de fortalecimento social, estimulando o desenvolvimento urbano de forma integrada, democrática e sustentável.

2.5. BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

A requalificação de patrimônio histórico, além de contribuir para a preservação da memória urbana e valorização cultural, desempenha um papel relevante na promoção da sustentabilidade ambiental nas cidades. Ao reutilizar edificações existentes, evita-se o consumo excessivo de recursos naturais como cimento, madeira e aço, materiais amplamente utilizados em construções novas. Conforme destacam Bruna e Gouveia (2017), a preservação de estruturas já existentes representa uma forma eficaz de reduzir a pressão sobre a exploração de matérias-primas e os impactos ambientais gerados pela indústria da construção civil.

Outro aspecto importante refere-se à diminuição da geração de resíduos sólidos. A requalificação, ao evitar a demolição de imóveis, contribui diretamente para a redução de entulho e dejetos que normalmente seriam descartados em aterros urbanos, mitigando a sobrecarga do sistema de gestão de resíduos das cidades (Silva, 2024). Além disso, ao manter as estruturas originais, conserva-se a chamada "energia incorporada"

isto é, a energia investida na construção, transporte e montagem dos materiais desde a edificação original, o que representa uma estratégia eficiente de economia energética (Tofani, 2019).

Do ponto de vista do desempenho ambiental das edificações, muitos imóveis históricos apresentam características arquitetônicas que favorecem o conforto térmico, como paredes espessas, pé-direito elevado e ventilação cruzada, o que reduz a necessidade de climatização artificial. A adaptação dessas construções por meio de tecnologias sustentáveis, como iluminação eficiente e sistemas de reaproveitamento de água, torna possível aliar tradição e inovação, gerando ganhos ambientais significativos (Ricardo; Watzel, 2024).

Além disso, ao revitalizar áreas centrais já urbanizadas, a requalificação contribui para conter o espraiamento urbano e a ocupação desordenada de áreas periféricas e ambientalmente frágeis, como matas ciliares, encostas e zonas de recarga de aquíferos. Essa lógica evita a supressão de áreas verdes e preserva ecossistemas urbanos essenciais à qualidade ambiental e ao equilíbrio climático (Bruna; Gouveia, 2017).

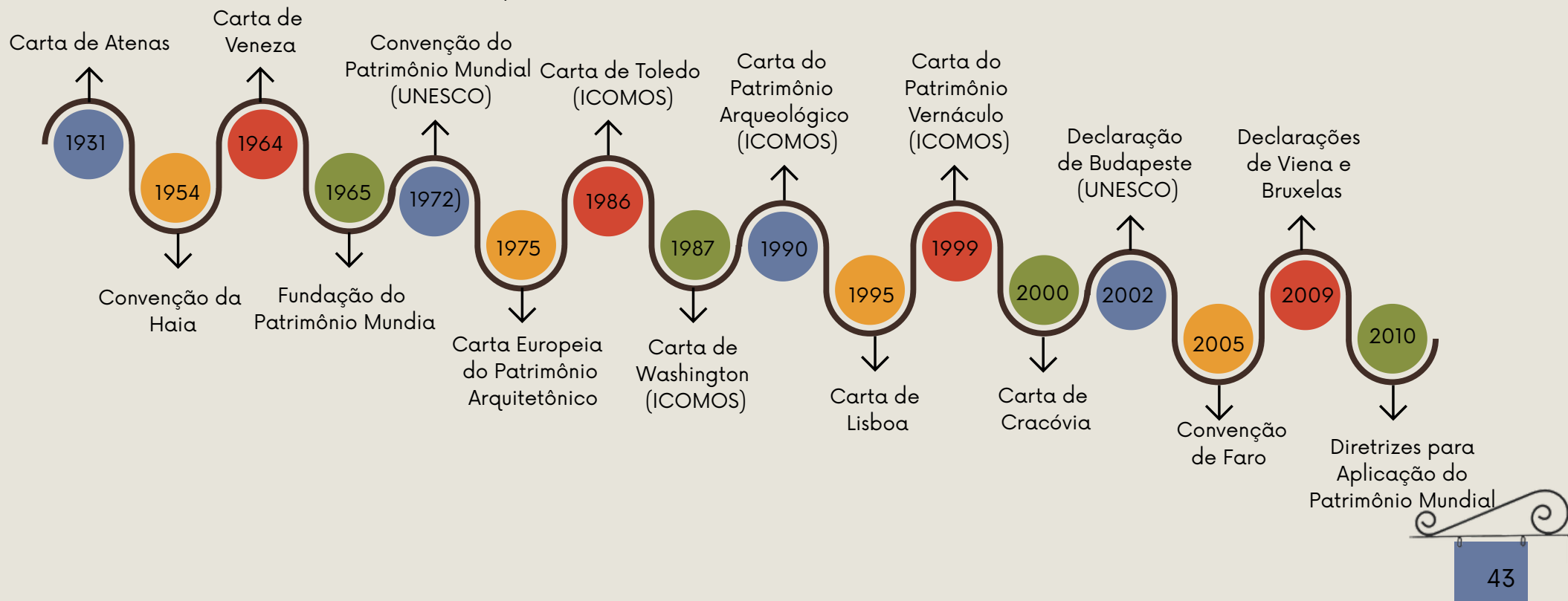
Por fim, a requalificação do patrimônio histórico pode estimular formas mais sustentáveis de mobilidade urbana, uma vez que muitos centros históricos possuem infraestrutura favorável ao deslocamento a pé, de bicicleta ou por transporte coletivo. Essa reocupação do espaço urbano central pode contribuir para a diminuição da dependência de veículos automotores e, conseqüentemente, da emissão de gases de efeito estufa (Bolán, 2017).

Nesse sentido, a requalificação de bens patrimoniais deve ser compreendida não apenas como uma estratégia de preservação cultural, mas também como uma ferramenta de promoção da sustentabilidade ambiental, alinhada aos princípios do desenvolvimento urbano sustentável defendidos por organismos internacionais como a UNESCO e a ONU (Agenda 2030, ODS 11).

3.1. NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A preservação do patrimônio cultural, ao longo do século XX, foi pautada por importantes avanços normativos e teóricos promovidos por organismos internacionais. Diversas cartas, convenções e declarações foram formuladas nesse período, estabelecendo princípios que orientam intervenções sobre bens culturais e constituem a base de políticas patrimoniais em diferentes países.

Entre os documentos fundamentais, estão:



A Carta de Atenas, datada de 1931, é considerada o primeiro documento internacional voltado à sistematização de orientações sobre restauração e conservação. Resultado de um encontro promovido pelo então Escritório Internacional de Museus, esse texto destacou a necessidade de preservar não apenas os edifícios em si, mas também o ambiente urbano em que estão inseridos, recomendando “respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos” (CARTA DE ATENAS, 1931, online).

Gomes (2014) ressalta que, após essa iniciativa, novas cartas e convenções foram elaboradas, com caráter tanto orientador quanto normativo, abrangendo diferentes escalas de aplicação – local, regional e internacional – e ampliando o escopo da proteção patrimonial para incluir conjuntos urbanos, cidades históricas e sítios arqueológicos.

A devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial motivou a criação da Convenção da Haia, em 1954, sob a coordenação da UNESCO. O objetivo central desse tratado era garantir a proteção dos bens culturais durante conflitos armados. O documento enfatiza que “os danos

causados aos bens culturais pertencentes a qualquer povo constituem um prejuízo ao patrimônio cultural de toda a humanidade” (CONVENÇÃO DA HAIA, 1954, online). Essa convenção foi ratificada pelo Brasil em 1956, por meio do Decreto nº 44.851.

Na década de 1960, a conservação urbana ganhou novos contornos, especialmente com a formulação da Carta de Veneza, em 1964. Esta carta resultou do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, e tornou-se um marco teórico da preservação moderna. A fundação do ICOMOS, em 1965, consolidou os princípios propostos no documento. Para Kuhl (2010, p. 290), tanto a carta quanto o conselho “integram um esforço conjunto entre diversas nações para organizar um sistema de cooperação internacional no campo da conservação de bens culturais”.

A Carta de Veneza define monumento histórico como qualquer construção – isolada ou inserida em conjunto urbano ou rural – que represente valores culturais relevantes, sejam eles históricos, artísticos ou sociais, incluindo obras modestas que, com o tempo, adquiriram importância cultural (CARTA DE VENEZA, 1964, online).

Em 1972, foi instituída pela UNESCO a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Este documento é notável por integrar a preservação de bens culturais e naturais em um mesmo tratado, possibilitando o desenvolvimento de um sistema internacional de cooperação técnica e financeira. Segundo De Arruda e Rangel (2016, p. 4), essa convenção foi decisiva para institucionalizar políticas de proteção global, articuladas entre os países signatários. Dentre seus artigos, destaca-se aquele que recomenda aos Estados a formulação de políticas públicas que incorporem o patrimônio cultural e natural nos planos de desenvolvimento nacional (UNESCO, 1972).

No final dos anos 1980, a Carta de Washington foi criada para reforçar os princípios da Carta de Veneza, agora voltados à escala urbana. Seu foco é a conservação integrada das cidades históricas, buscando o equilíbrio entre as funções modernas e a continuidade da identidade cultural desses espaços. Entre suas recomendações, está a adaptação de novas infraestruturas às especificidades dos centros antigos, bem como a melhoria das condições de habitação como objetivo prioritário (CARTA DE WASHINGTON, 1987, online).

A Carta de Lisboa, aprovada em 1995, no contexto da cooperação entre Brasil e Portugal, estabeleceu fundamentos para intervenções urbanas voltadas à reabilitação de áreas consolidadas. O texto afirma que a reabilitação deve preservar ao máximo o edificado existente, reduzindo o consumo de recursos materiais e energéticos e promovendo impactos positivos no emprego e na manutenção das redes sociais locais (CARTA DE LISBOA, 1995, online).

Em 2000, a Carta de Cracóvia abordou de forma técnica as diretrizes para o restauro do patrimônio edificado. O documento reconhece múltiplas formas de intervenção – manutenção, conservação, reabilitação, entre outras – e destaca a importância do projeto de restauro como instrumento estratégico de longa duração. Tal projeto deve ser multidisciplinar, com base em pesquisas sobre o edifício ou sítio em questão, englobando desde análises estruturais até o reconhecimento de seus significados culturais (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, online).

3.2. NO ÂMBITO NACIONAL

No Brasil, a preservação do patrimônio cultural é regulamentada por um conjunto de dispositivos legais e institucionais que compõem a política nacional de proteção aos bens culturais. O marco inicial é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” e introduz o conceito de tombamento como principal instrumento jurídico de preservação (BRASIL, 1937). Segundo o artigo 1º do referido decreto,

“constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público” (BRASIL, 1937).

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, amplia o conceito de patrimônio cultural, reconhecendo não apenas os bens materiais, mas também os bens imateriais, tais como “as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços

destinados às manifestações artístico-culturais” (BRASIL, 1988). Além disso, a Constituição estabelece como dever do Estado:

“promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação” (BRASIL, 1988, art. 216, §1º).

Outro importante avanço foi a Lei nº 3.924/1961, que trata da proteção aos sítios arqueológicos, prevendo que

“todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos, bem como os sítios de interesse científico localizados no território nacional são considerados bens da União” (BRASIL, 1961, art. 1º)

A lei estabelece medidas para impedir a destruição e o comércio ilegal desses vestígios culturais.

Já no século XXI, o Brasil passou a reconhecer formalmente os bens culturais de natureza imaterial. Para isso, foi instituído o Decreto nº 3.551, de 2000, que cria o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e define as

categorias de patrimônio imaterial:

“saberes, celebrações, formas de expressão e lugares” (BRASIL, 2000, art. 1º).

Através dessa política, são salvaguardados bens como o samba de roda do Recôncavo Baiano, o ofício das baianas de acarajé e o modo de fazer o queijo minas artesanal.

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é o órgão responsável por coordenar a política de preservação no país. Criado também em 1937, o instituto atua na identificação, proteção, fiscalização e promoção dos bens culturais. De acordo com o próprio IPHAN (2023),

“a atuação institucional baseia-se em princípios de conservação preventiva, valorização da diversidade cultural e participação comunitária nos processos de salvaguarda”.

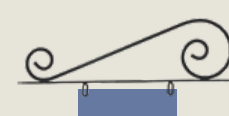
Além disso, o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343/2010, estabelece metas e diretrizes de longo prazo para o setor cultural, incluindo a preservação do patrimônio. Entre seus objetivos está :

“proteger e promover a diversidade do patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo sua dimensão simbólica, cidadã e econômica” (BRASIL, 2010, art. 3º).

Em âmbito normativo, destacam-se ainda as Cartas Patrimoniais do IPHAN, como a Carta de Brasília (2012) e a Carta de Paraty (2015), que reforçam diretrizes para o manejo e reabilitação de sítios históricos. A Carta de Brasília, por exemplo, afirma que:

“a preservação do patrimônio deve ser vista como parte integrante do planejamento urbano, considerando a função social da cidade e do espaço urbano” (IPHAN, 2012).

Com base nesse arcabouço normativo e institucional, pode-se afirmar que as diretrizes nacionais para a preservação do patrimônio cultural buscam conciliar a proteção legal com a valorização social do bem protegido, promovendo o reconhecimento da memória coletiva e o fortalecimento da identidade cultural.



3.2. NO ÂMBITO ESTADUAL

A requalificação de bens patrimoniais em Mato Grosso está sujeita a um conjunto de condicionantes legais e institucionais que regulam as ações de preservação, intervenção e valorização do patrimônio cultural em nível estadual. Essas diretrizes visam assegurar que qualquer proposta de intervenção respeite a integridade histórica, arquitetônica e simbólica dos bens, em consonância com as políticas públicas culturais do estado.

Em nível institucional, a principal entidade responsável pela formulação e execução das políticas de preservação é a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (SECEL-MT), que atua em articulação com órgãos municipais e conselhos de cultura. A SECEL coordena o Sistema Estadual de Cultura, regulamentado pela Lei Estadual nº 8.830/2008, o incentivo à educação patrimonial e o apoio técnico e financeiro a projetos de conservação e requalificação.

“o patrimônio cultural mato-grossense compreende os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mato-grossense” (MATO GROSSO, 2008, Art. 3º).

Outro instrumento relevante é o Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso, instituído pela Lei nº 10.063/2014,

“promover a valorização, preservação, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial do Estado de Mato Grosso, reconhecendo sua importância para a memória, identidade e diversidade cultural” (MATO GROSSO, 2014, Art. 3º, inciso II).

Esse plano destaca a importância da requalificação de bens patrimoniais como ferramenta de fortalecimento da identidade cultural e de desenvolvimento social e econômico, especialmente nos centros urbanos históricos.

A atuação do Conselho Estadual de Cultura, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, é outro fator essencial no processo de requalificação patrimonial. Cabe a ele analisar e emitir pareceres sobre projetos que envolvam bens culturais protegidos pelo Estado, bem como fiscalizar o cumprimento das políticas culturais em Mato Grosso. Além disso, o Estado estimula a criação e o funcionamento de conselhos municipais de patrimônio como forma de descentralizar a gestão e garantir a participação social nos processos de preservação.

Portanto, toda proposta de requalificação de patrimônio histórico em Mato Grosso deve considerar essas condicionantes legais e institucionais estaduais, garantindo que as intervenções estejam em conformidade com as normas vigentes, com respeito à memória coletiva e às especificidades culturais regionais.

3.2. NO ÂMBITO LOCAL

A preservação desse patrimônio é regulamentada por legislações municipais, planos urbanísticos e ações de tombamento que visam manter a identidade cultural da cidade e garantir sua transmissão às gerações futuras.

A primeira legislação municipal específica sobre patrimônio cultural é a Lei Ordinária n.º 1.711, de 1980, que define como objeto de preservação:

“

“Todo bem ou conjunto de bens culturais que por sua historicidade ou características de elaboração científica, artística e técnica, mereça a atenção da administração municipal quanto à sua recuperação e preservação” (CUIABÁ, 1980, art. 1º).

Essa lei também estabelece o mecanismo de tombamento no âmbito municipal, o qual confere proteção legal aos bens culturais.

A legislação urbana da cidade também aborda a questão patrimonial. A Lei Complementar n.º 150, de 2007, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá, :

apresenta diretrizes que integram preservação e planejamento urbano

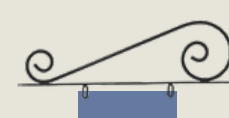
“

“O Plano Diretor [...] estabelece diretrizes para: [...] a função social da propriedade; [...] o plano urbanístico-ambiental” (CUIABÁ, 2007, art. 4º).

O Plano também estabelece instrumentos para a revitalização da região central da cidade, incentivando o uso de imóveis subutilizados para fins habitacionais voltados à população de baixa renda, integrando assim ações de preservação com inclusão social. Como prevê o artigo 15:

“

“Produzir nas regiões centrais da cidade dotadas de infraestrutura, unidades habitacionais em áreas ou edificações vazias ou subutilizadas para a população de baixa e média renda” (CUIABÁ, 2007, art. 15, § XI).



“Facilitar o acesso da população de baixa renda à moradia, por meio de mecanismos de financiamento de longo prazo, através de recursos orçamentários a fundo perdido, permissão de uso e subsídio direto, pessoal intransferível e temporário na aquisição ou locação social” (CUIABÁ, 2007, art. 15, § XIX).

Esses dispositivos apontam para uma política urbana que articula preservação do patrimônio e direito à moradia, priorizando a reocupação qualificada do centro histórico de Cuiabá, o que contribui para a vitalidade urbana e a sustentabilidade da área tombada.

O Centro Histórico de Cuiabá foi reconhecido e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1993. Segundo a Prefeitura Municipal:

“A área tombada de 13,1 ha abarca cerca de 400 edificações, guardando o patrimônio construído remanescente dos séculos XVIII, XIX e XX, mantendo íntegro o traçado urbano colonial” (CUIABÁ, 2025).

Esse tombamento representa a maior iniciativa de preservação arquitetônica na cidade, assegurando a integridade do conjunto urbano colonial ainda existente.

Além do patrimônio edificado, o município também tem avançado no reconhecimento de manifestações culturais imateriais. O grupo tradicional Flor Ribeirinha foi reconhecido como patrimônio imaterial pela Lei Municipal n.º 7.217, de 2025, com o objetivo de valorizar expressões culturais enraizadas na comunidade:

“A área tombada de 13,1 ha abarca cerca de 400 edificações, guardando o patrimônio construído remanescente dos séculos XVIII, XIX e XX, mantendo íntegro o traçado urbano colonial” (CUIABÁ, 2025).

Outra manifestação reconhecida foi o Lambadão Cuiabano, declarado patrimônio imaterial por meio da Lei n.º 3.318, de 2018, que também instituiu o Dia do Lambadão:

“Esta lei eleva o Lambadão de Cuiabá, bem como suas manifestações artístico-culturais, à condição de patrimônio cultural imaterial dentro do município de Cuiabá” (CUIABÁ, 2018)

04

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

4.1. CASA NO CAMPO NOVO

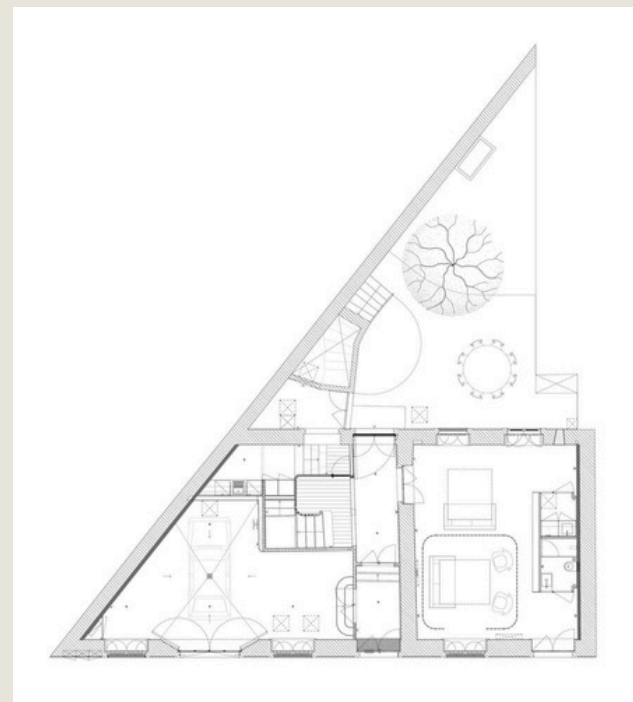
A Casa no Campo Novo, localizada no centro histórico de Braga, Portugal, é um exemplo notável de intervenção contemporânea em edificação de valor patrimonial. Projetada pelo estúdio Correia/Ragazzi Architectos, a obra articula preservação, reabilitação e adaptação funcional sem comprometer os valores culturais e históricos do imóvel.

Situada em uma zona protegida, a intervenção foi orientada pelo respeito à pré-existência. A volumetria, a fachada e a estrutura original foram mantidas, evidenciando uma abordagem cautelosa. Os autores afirmam que a proposta procurou “valorizar e atualizar funcionalmente o edifício sem comprometer a sua integridade histórica e formal” (CORREIA; RAGAZZI, 2024).

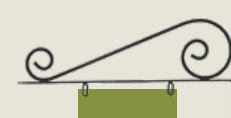
A reestruturação do programa interno se dá de forma clara:

o térreo (figura 19) abriga o acesso principal e articula-se com o pátio, mantém o acesso principal original, com lajeado de granito e degraus de pedra, conduzindo ao hall das escadas. Inclui uma sala de estar polivalente, lavanderia sob as escadas e acesso ao jardim posterior

Figura 19 - Planta Piso 1 ,Casa no Campo Novo

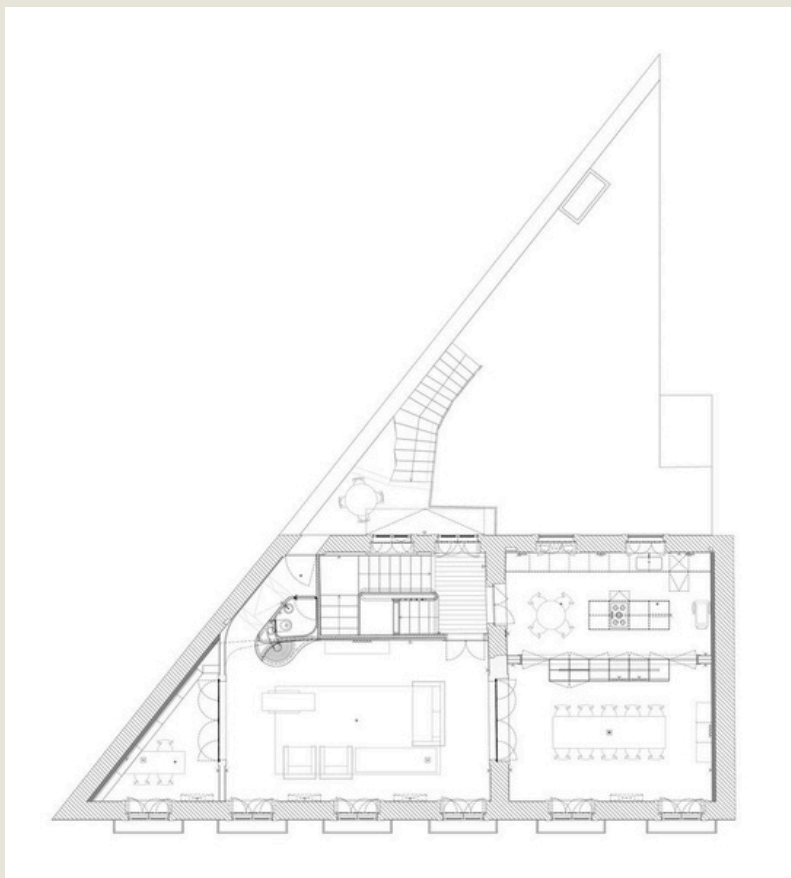


Fonte: archdaily Brasil



O primeiro andar (Figura 20) abriga as áreas sociais com hall iluminado naturalmente, cozinha separada por armários e portas de vaivém da sala de jantar, que se conecta à sala de estar e a um escritório. Uma varanda preexistente oferece acesso ao jardim inferior.

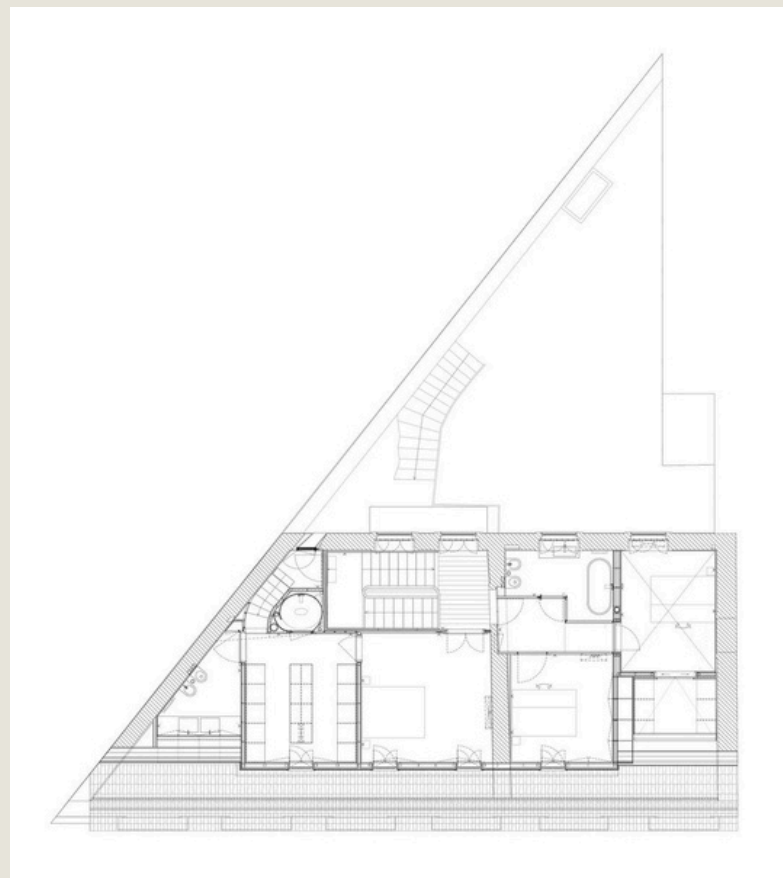
Figura 20 — Planta - Piso 2, Casa no Campo Novo



Fonte: archdaily Brasil

O segundo pavimento (Figura 21) concentra os dormitórios, com hall de distribuição iluminado e ventilado, dois quartos individuais com antecâmara e banheiro comum, e uma suíte principal que aproveita a antiga área de serviço, conferindo-lhe uma configuração original.

Figura 21 — Planta Piso 3, Casa no Campo Novo



Fonte: archdaily Brasil

A escada em madeira (Figura 22) , por exemplo, foi reconstruída a partir de técnicas tradicionais, utilizando pinho americano, preservando sua identidade formal e material.

Figura 22 — Escada de madeira



Fonte: archdaily Brasil

A intervenção se alinha aos princípios da Carta de Veneza (1964), que estabelece que “qualquer reintegração deve distinguir-se da parte original, embora harmoniosa com o todo” (ICOMOS, 1964). O projeto respeita essa diretriz ao adotar uma linguagem contemporânea discreta em elementos como a cobertura remodelada e o mobiliário sob medida, sem competir com a arquitetura histórica.

Do ponto de vista técnico, a obra apresenta soluções que, mesmo sutis, promovem sustentabilidade. O reaproveitamento da estrutura existente, a ventilação cruzada e a iluminação natural contribuem para eficiência energética e conforto ambiental. Ainda que a sustentabilidade não tenha sido o foco declarado do projeto, a lógica da conservação com menor impacto ambiental é evidente.

O projeto estabelece um diálogo entre o antigo e o novo por meio de uma “mimesis crítica”, isto é, uma reprodução reinterpretada dos elementos tradicionais. Essa abordagem permite que o imóvel mantenha sua historicidade ativa, adaptando-se às necessidades atuais sem descaracterização.

A Casa no Campo Novo demonstra como a arquitetura pode ser instrumento de mediação

entre patrimônio e contemporaneidade, mostrando que conservar não significa congelar o tempo, mas permitir que ele continue se manifestando por meio de usos atualizados e intervenções conscientes.

Figura 23 — Fachada , Casa no Campo Novo



Fonte: archdaily Brasil

4.2. MUSEU CASA DO COLECIONADOR

O Museu Casa do Colecionador, localizado em Moncarapacho, Algarve, Portugal, é uma intervenção arquitetônica que transforma uma antiga capela do século XVIII (figura 24) em um espaço expositivo contemporâneo. O projeto, concluído em 2024, equilibra preservação patrimonial e inovação arquitetônica, respeitando a história do edifício e adaptando-o às novas funções museológicas.

Figura 24 — Fachada , Museu Casa do Colecionador



Fonte: archdaily Brasil

A edificação original, construída entre 1750 e 1772 pelos Franciscanos, passou por diversos usos após a extinção das ordens religiosas em 1834, incluindo o de taberna. Em 1954, foi adquirida pelo pai do atual proprietário, João Calçada Correia, que, em 2002, herdou o imóvel. Motivado pela história religiosa do edifício e por sua coleção de arte, Correia decidiu transformá-lo em museu, conferindo-lhe uma nova dignidade de uso .

A intervenção se baseia em três diretrizes principais: a preservação dos elementos originais, a introdução de volumes contemporâneos e a criação de um percurso expositivo contínuo e narrativo. A nave principal (figura 25) foi restaurada utilizando materiais tradicionais, como pisos em ladrilho de terracota, paredes caiadas e telhas cerâmicas. Já os volumes expositivos inseridos contrastam com o edifício existente: uma rampa metálica branca (figura 26) abriga uma sequência de vitrines com bengalas raras, enquanto um volume suspenso e escuro expõe as miniaturas e pinturas sobre marfim, criando atmosferas distintas ao longo do trajeto.

Figura 25 — Nave Principal , Museu Casa do Colecionador



Fonte: archdaily Brasil

Figura 26 — Rampa metálica branca, Museu Casa do Colecionador



Fonte: archdaily Brasil

Segundo os autores do projeto, “a nova estrutura metálica branca é independente da nave principal e constitui um percurso de 45 metros, permitindo observar os detalhes das bengalas em ritmo sequencial” (ARCHDAILY, 2024). O volume superior, com iluminação pontual e controle da luz natural, gera uma ambiência introspectiva e sensível, ideal para a contemplação de peças minuciosas e raras.

A proposta respeita os preceitos da conservação, ao preservar a volumetria e materialidade da capela, ao mesmo tempo que adota soluções arquitetônicas contemporâneas e reversíveis. A intervenção demonstra como o patrimônio edificado pode ser ressignificado através de usos atuais, sem comprometer sua autenticidade histórica, promovendo, assim, uma leitura crítica e atualizada da memória coletiva.

O projeto do Museu Casa do Colecionador representa, portanto, um exemplo relevante de reabilitação patrimonial bem-sucedida, em que a arquitetura atua como mediadora entre o passado e o presente, ativando o espaço por meio de experiências sensoriais e significados renovados.

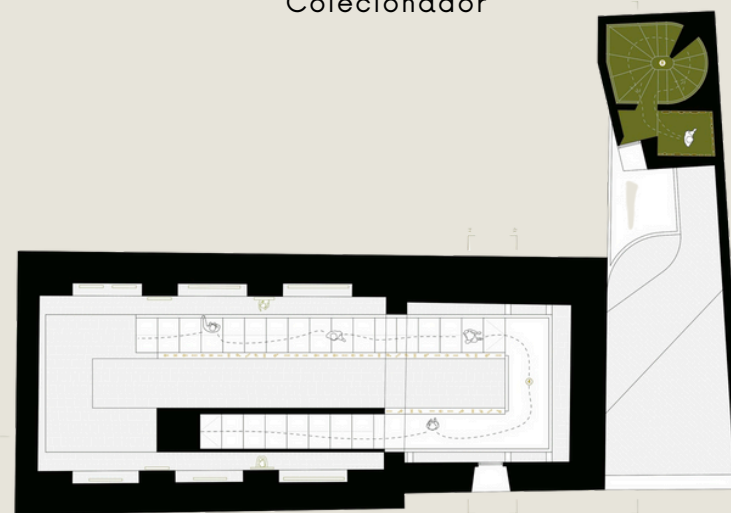
As plantas baixas (Figuras 27, 28 e 29) do Museu Casa do Colecionador revelam a clara organização espacial entre o antigo e o novo. A nave central da capela foi preservada em sua forma original e, nela, se insere o percurso museológico proposto. A planta é linear, conduzindo o visitante por um eixo principal onde se desenvolve a exposição das bengalas em vitrines integradas à rampa metálica elevada, que funciona como elemento expositivo e circulatório.

Figura 27 — Planta térreo, Museu Casa do Colecionador



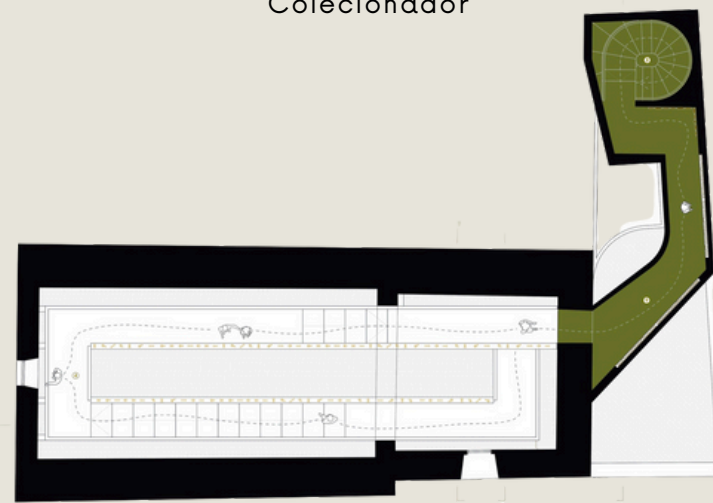
Fonte: archdaily Brasil

Figura 28 — Planta 1 pavimento, Museu Casa do Colecionador



Fonte: archdaily Brasil

Figura 29 — Planta 2 pavimento, Museu Casa do Colecionador

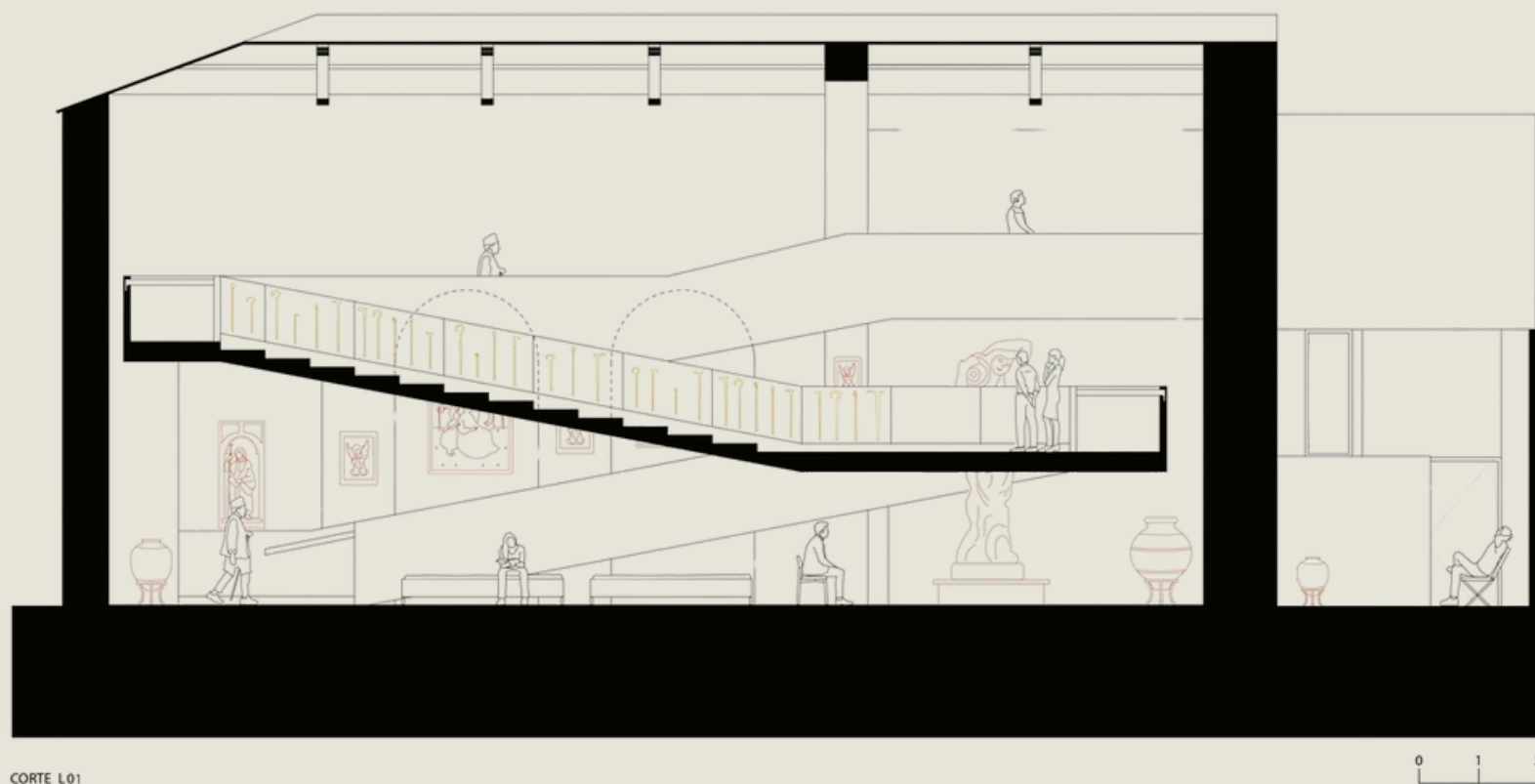


Fonte: archdaily Brasil

Observa-se, na organização das plantas, (Figuras 27, 28 e 29) um equilíbrio entre fluidez do percurso e preservação da espacialidade original do edifício. As circulações foram pensadas para serem intuitivas e contínuas, conduzindo o visitante de maneira narrativa e coerente.

As intervenções modernas foram desenhadas com geometrias puras e alinhadas, com inserções discretas que respeitam o perímetro e a simetria da construção original.

Figura 30 — Corte , Museu Casa do Colecionador



Fonte: archdaily Brasil

4.3. CASA DAROS / ERNANI FREIRE ARQUITETOS ASSOCIADOS

A Casa Daros, localizada no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, constitui um exemplo significativo de intervenção arquitetônica que alia a preservação do patrimônio histórico à funcionalidade contemporânea. Originalmente construída nos anos 1870 e atribuída ao arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, a edificação apresenta características marcantes da arquitetura neoclássica carioca e encontra-se tombada pelo patrimônio histórico. Ao longo de sua história, o prédio passou por diversas funções, incluindo orfanato e escola, antes de ser requalificado para abrigar a Coleção Daros Latinamerica, uma das mais importantes coleções de arte contemporânea latino-americana da Europa (ArchDaily Brasil, 2020; CLAUDIA, 2019).

Figura 31 — situação Casa Daros



Fonte: archdaily Brasil

Figura 32 — Casa Daros



Fonte: archdaily Brasil

O desafio principal do projeto, conduzido pelo escritório Ernani Freire Arquitetos Associados, foi adaptar o edifício histórico às exigências de um espaço cultural moderno sem comprometer sua integridade arquitetônica. Para isso, os arquitetos adotaram uma abordagem de mínima interferência, preservando fachadas, aberturas e pisos originais, enquanto reorganizavam os espaços internos para atender às novas funções expositivas e de convivência. Elementos complementares, como bancadas, bancos e áreas de circulação, foram projetados com linguagem minimalista e monolítica, utilizando materiais que dialogam com os existentes e promovem a harmonia entre o antigo e o novo (Jader Almeida, 2020).

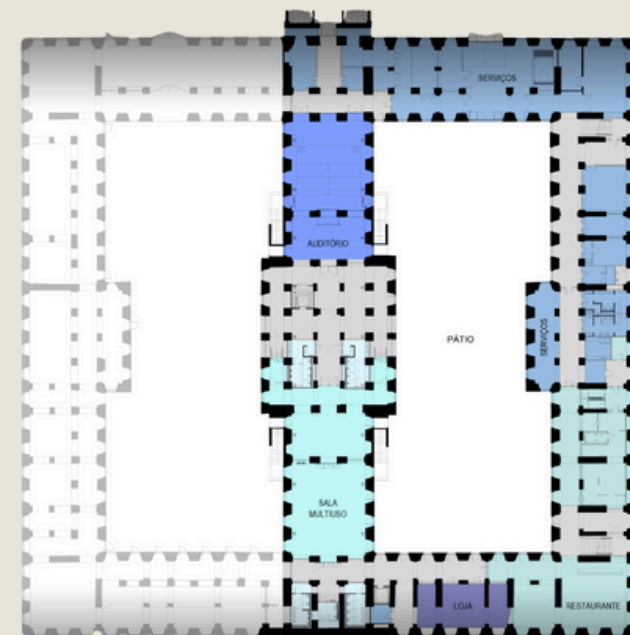
Figura 33 — Casa Daros



Fonte: archdaily Brasil

A organização dos pavimentos foi cuidadosamente planejada para proporcionar uma experiência fluida ao visitante. O terreo abriga as áreas de recepção, o hall de entrada, café, auditório e espaços de convivência, criando um ponto de contato inicial com a coleção e garantindo acessibilidade e integração entre os visitantes.

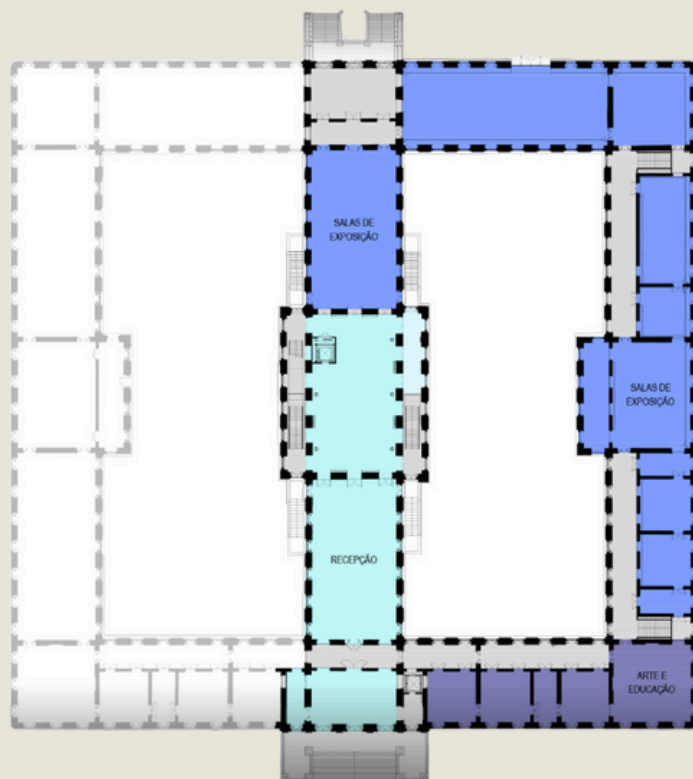
Figura 34 — Planta pav. terreo ,Casa Daros



Fonte: archdaily Brasil

Já o primeiro pavimento é destinado às áreas expositivas principais, distribuídas de forma flexível para permitir diferentes configurações de exposição de arte contemporânea, além de abrigar espaços administrativos e áreas de apoio técnico.

Figura 35 — Planta primeiro pav. ,Casa Daros

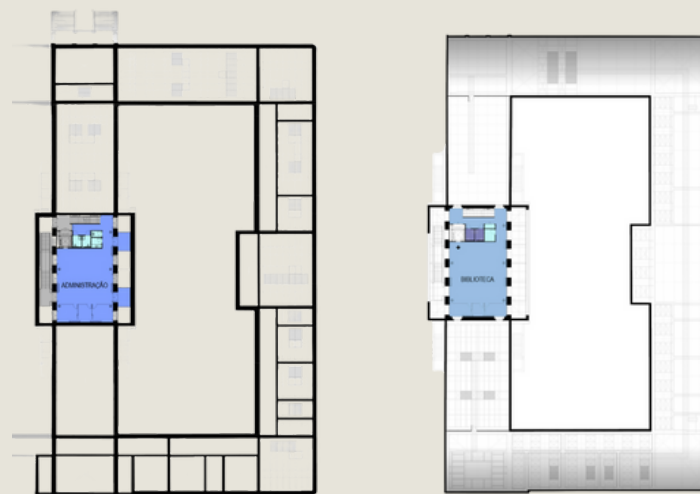


Fonte: archdaily Brasil

O segundo pavimento concentra áreas expositivas adicionais, reservas de obras, salas de estudo e bibliotecas, permitindo que a circulação entre os ambientes seja contínua e que existam conexões visuais entre os espaços, reforçando a percepção de unidade arquitetônica no edifício.

Essa organização hierarquizada permite que o público percorra o edifício de forma intuitiva, experimentando uma progressão que integra o patrimônio histórico e as intervenções contemporâneas.

Figura 36 — Planta segundo e terceiro pav. ,Casa Daros



Fonte: archdaily Brasil

A intervenção contemplou também a integração de tecnologias contemporâneas, incluindo sistemas discretos de climatização, iluminação e segurança, sem comprometer a estética histórica da edificação. Nesse sentido, a Casa Daros se caracteriza como uma requalificação e adaptação de uso, preservando as fachadas e aberturas originais, reorganizando os espaços internos, adotando materiais contemporâneos com linguagem minimalista e integrando tecnologias de forma discreta. A equipe responsável pelo projeto incluiu Ernani Freire, Isabel Ballesté, Rodrigo Mandarino, Bernardo Pereira, Branca Rabelo, Márcia Poppe e colaboradores, enquanto o restauro foi conduzido por Regina Mattos. O edifício, originalmente do estilo neoclássico, foi transformado em um espaço cultural funcional, adequado à exposição de arte contemporânea, constituindo um exemplo de intervenção sensível em contexto patrimonial (ARCHDAILY BRASIL, 2020; JADER ALMEIDA, 2020; CLAUDIA, 2019).

Em conclusão, a Casa Daros evidencia que é possível revitalizar edificações históricas para novos usos culturais, promovendo o diálogo entre passado e presente. A sensibilidade na preservação dos elementos originais, aliada à

organização funcional dos pavimentos e à integração de soluções contemporâneas, resultou em um espaço que valoriza tanto a memória histórica quanto a experiência do público, consolidando-se como referência de excelência em intervenções patrimoniais e arquitetura cultural.

Figura 37 — Casa Daros



Fonte: archdaily Brasil

4.4. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS

ATRIBUTO	VARIÁVEIS	REFERÊNCIAS		
		PROJETO 01	PROJETO 02	PROJETO 03
E S T R U T U R A F Í S I C A	TÍTULO	Casa no Campo Novo	Museu Casa do Colecionador	Casa Daros
	SITUAÇÃO ATUAL	Ativo	Ativo	Ativo
	ANO DE CONSCLUSÃO	2021	2024	2013
	METRAGEM M²	486 m²	260 m²	12000 m²
	PARTIDO ARQ.	Requalificação	Requalificação	Requalificação e adaptação de uso

AMBIENTES PROJETADOS

Piso Térreo- hall ,
lavanderia e sala de estar
piso 1 - Cozinha, Sala de
jantar , Sala de
estar,Escritório, Casa de
banho social
piso 2 - quartos e suíte

Nave Principal -
Exposição de Arte Sacra
Rampa Expositiva
Exposição de Bengalas
Volume Suspenso
Exposição de Pinturas
sobre Marfim

Primeiro pavimento: hall ,
recepção, café, auditório e
convivência.
Segundo pavimento: áreas
expositivas, administrativos e
apoio técnico.
Terceiro pavimento: áreas
expositivas , salas de estudo e
bibliotecas;

MATERIAIS

ajeado de granito e
alvenaria de pedra.
Madeira, Revestimentos
tradicionais Estruturas
metálicasb e vidro

foram mantidos ou
restaurados para
preservar a identidade
do edifício origina e foi
inserido o metal da
rampa o Volume
suspense em madeira
escura e aço ,vidro e
Iluminação cênica

Originais preservados,
Materiais contemporâneos:
mobiliário minimalista em
madeira, concreto aparente e
aço; vidros para divisórias e
coberturas transparentes;
pintura neutra

INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES

Além da
recuperação de
materiais
existentes, foi
incorporado
elementos anteriores

Além da
recuperação de
materiais
existentes, foi
incorporado
elementos anteriores

Além da
recuperação de
materiais
existentes, foi
incorporado
elementos anteriores

ENTORNO

localizado em Campo
Novo, Braga, Portugal

localizado em
Moncarapacho, Portugal

localizado em
rio de janeiro , Portugal Brasil

A análise entre a Casa no Campo Novo, a Casa Daros e o Museu Casa do Colecionador evidencia diferentes abordagens para requalificação de edificações históricas, revelando como a preservação e a inovação podem ser integradas de formas distintas conforme o uso proposto e o contexto arquitetônico.

A Casa no Campo Novo concentra-se na adaptação residencial, priorizando a reorganização dos espaços internos e a manutenção da memória do edifício. O projeto busca integrar os ambientes internos à paisagem, valorizando a relação entre o habitante e o entorno, promovendo conforto e intimidade. Já a Casa Daros tem uma abordagem voltada para a cultura e a fruição pública, equilibrando a preservação de fachadas, pisos e aberturas originais com a criação de pavimentos expositivos flexíveis e áreas de convivência. A hierarquização dos pavimentos, com primeiro, segundo e terceiro níveis dedicados a recepção, exposições e reservas de obras, respectivamente, demonstra um planejamento que valoriza tanto a experiência do visitante quanto a integridade histórica do edifício (ARCHDAILY BRASIL, 2020; JADER ALMEIDA, 2020; CLAUDIA, 2019).

Por sua vez, o Museu Casa do Colecionador

destaca-se pela preservação simbólica da antiga capela e pela organização de percursos expositivos contínuos, promovendo uma narrativa coerente que integra elementos históricos e novas funções culturais. Diferente da Casa no Campo Novo, cujo foco é o uso residencial, e da Casa Daros, com ênfase em circulação e flexibilidade museológica, o Museu Casa do Colecionador equilibra o valor simbólico com a funcionalidade expositiva, garantindo que os visitantes compreendam a história do edifício enquanto usufruem do espaço cultural.

Comparando os três projetos, nota-se que todos compartilham a preocupação com preservação histórica, mas cada um adota estratégias específicas de acordo com seu uso: enquanto a Casa no Campo Novo valoriza a conexão residencial e a intimidade, a Casa Daros integra circulação fluida, flexibilidade expositiva e espaços de convivência, e o Museu Casa do Colecionador prioriza percursos contínuos e coerência narrativa. Todos os projetos demonstram que a intervenção em edificações históricas pode gerar novos usos que dialogam com o passado, valorizando o patrimônio e oferecendo relevância, funcionalidade e conforto para o presente.

5.1. ASPECTOS URBANOS E FUNCIONAIS

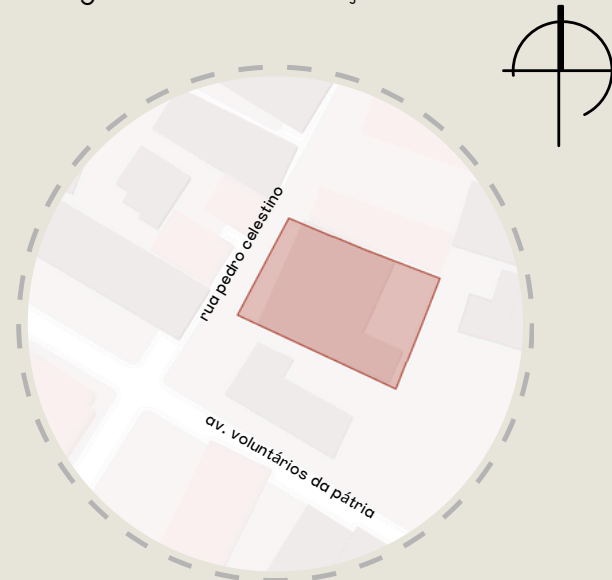
5.1.1 LOCAL DA INTERVENÇÃO

O objeto de estudo da presente proposta consiste em um edifício de relevante valor histórico e arquitetônico, localizado na Rua Pedro Celestino, no Centro Norte de Cuiabá – MT, CEP 78005-010. A edificação, denominada Casa 300, apresenta área construída de 533,55 m² e área de terreno de 583,00 m². O imóvel está inserido na Zona de Interesse Histórico 1 (ZIH 1), setor integrante da Zona de Interesse Histórico de Cuiabá, que compreende áreas reconhecidas por seu patrimônio cultural e arquitetônico e que incluem edificações tombadas pela União. Trata-se de um exemplar representativo da arquitetura tradicional cuiabana, inserido em um

contexto urbano marcado pela presença de edificações de diferentes períodos históricos, o que confere ao entorno um expressivo valor paisagístico e simbólico.

A Casa 300 constitui parte importante da memória arquitetônica da cidade, contribuindo para a identidade cultural do centro histórico.

Figura 38: Delimitação do edifício.



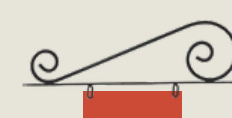
Fonte: Google maps, adaptado próprio autor. (2025)

5.1.2. ENTORNO

A Casa 300 está inserida em um setor de relevante valor histórico e cultural, localizado na Rua Pedro Celestino, no Centro Norte de Cuiabá –MT, área que compõe a Zona de Interesse Histórico 1 (ZIH 1). O entorno imediato caracteriza-se pela presença de edificações de diferentes períodos e estilos arquitetônicos, que refletem a evolução do processo urbano cuiabano desde o final do século XIX até meados do século XX.

A região apresenta uso predominantemente misto, com a coexistência de funções residenciais, comerciais e institucionais, o que confere vitalidade ao tecido urbano e favorece a permanência de fluxos de pedestres e veículos durante todo o dia. As atividades comerciais de pequeno porte como escritórios, lojas e restaurantes estão distribuídas nas edificações térreas ou em sobrados adaptados, mantendo a escala humana característica do centro histórico

ZONA	ÍNDICES URBANÍSTICO							
ZIH 1: Zona de Interesse Histórico 1	CO	CVP	CVA	CP	PC	LA	PCE	Gabarito de Altura
	0,80	0,20	—	0,20	3,00	3,00	0,00	—

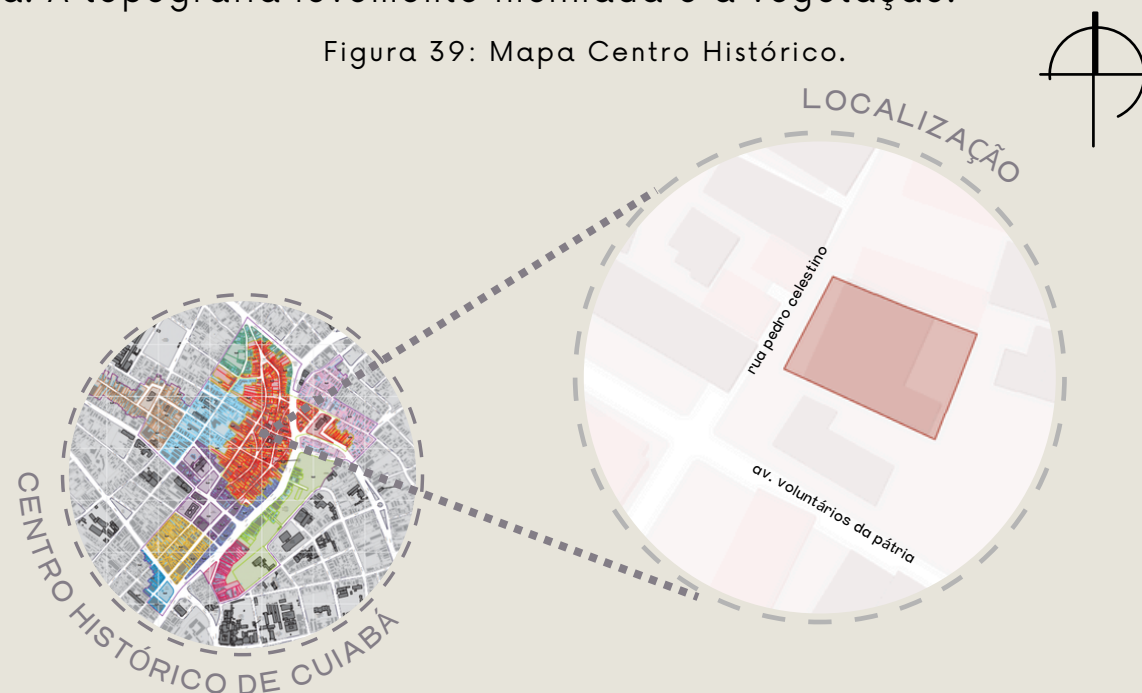


Quanto ao perfil construtivo, observa-se uma predominância de edificações de um a dois pavimentos, com fachadas alinhadas ao passeio e ausência de recuos frontais, o que reforça o caráter contínuo e a identidade visual do conjunto histórico. As construções apresentam variedade tipológica, com destaque para exemplares em estilo eclético, art déco e modernista, que coexistem de forma harmônica no tecido urbano e revelam as transformações ocorridas ao longo do tempo.

O estado de conservação das edificações do entorno é heterogêneo: enquanto algumas passaram por processos de restauro e requalificação, outras ainda apresentam desgaste físico e descaracterização parcial de suas fachadas originais. Apesar disso, o conjunto mantém uma coerência formal e escala compatível, fatores fundamentais para a preservação da ambiência histórica do bairro.

O entorno da Casa 300 também é marcado pela presença de marcos referenciais, como instituições culturais, prédios públicos e edificações religiosas, que contribuem para o valor simbólico e paisagístico da área. A topografia levemente inclinada e a vegetação.

Figura 39: Mapa Centro Histórico.



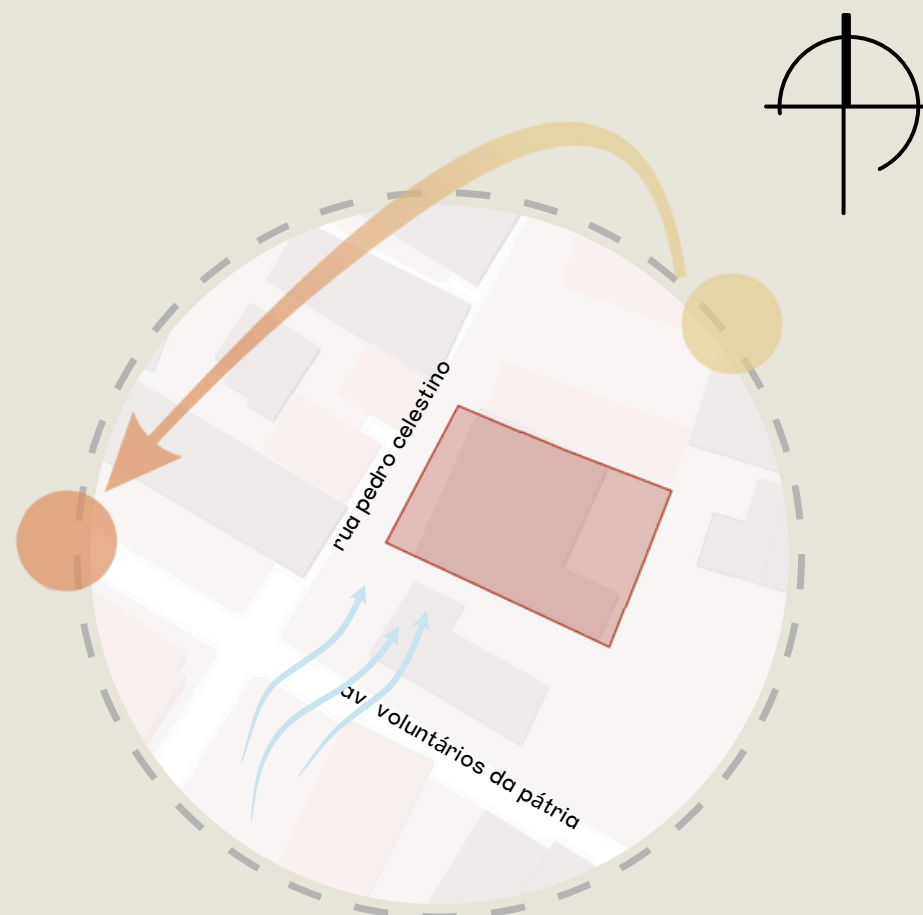
Fonte: IPHAN e Google maps, adaptado próprio autor. (2025)

5.1.3. ESTUDO DE INSOLAÇÃO E VENTOS PREDOMINANTES

A insolação e os ventos predominantes exercem influência direta sobre o conforto térmico, a iluminação natural e a ventilação da Casa 300, impactando a qualidade ambiental interna e externa da edificação. Em Cuiabá, os ventos sopram majoritariamente do Norte/Noroeste para o Sudeste, sendo que, na estação seca, predominam fluxos do Sul/Sudeste, fator relevante para o posicionamento de aberturas e a ventilação cruzada.

Quanto à incidência solar (figura 40), o sol nasce a Leste e se põe a Oeste, de modo que a fachada principal, voltada para a Rua Pedro Celestino, recebe luz direta no período da tarde, enquanto a fachada posterior é iluminada pela manhã. Esse padrão solar influencia o conforto interno, permitindo que áreas de uso intenso sejam naturalmente aquecidas ou protegidas do excesso de calor conforme a estação do ano.

Figura 40: Mapa Centro Histórico.



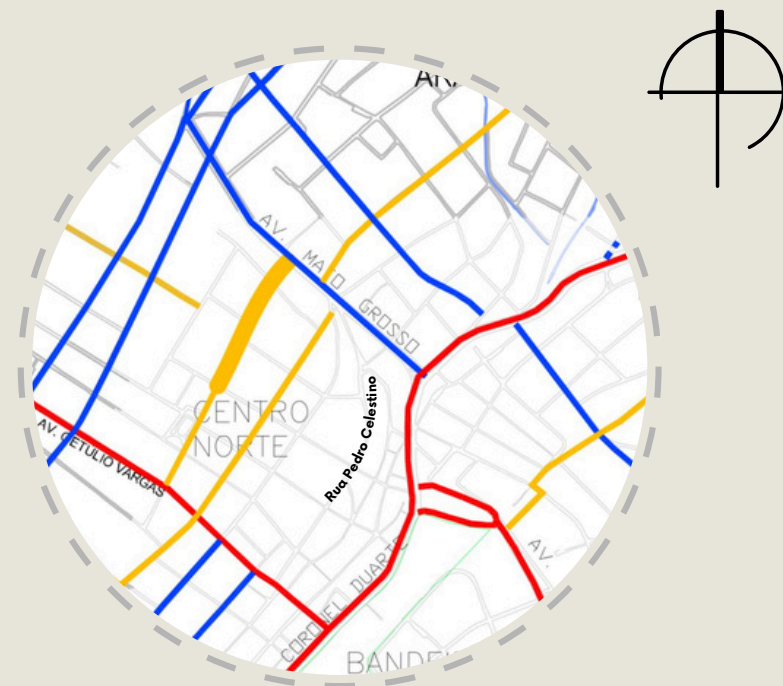
Fonte: Google maps, adaptado próprio autor. (2025)

5.1.4. HIERARQUIA VIÁRIA, TRANSPORTE PÚBLICO

De acordo com o Mapa 36, a entrada posterior da Casa 300, pela Rua Pedro Celestino, situa-se em uma via local com largura de projeto de 12 metros (PGM 12 m), assim como a Avenida Voluntários da Pátria, classificada igualmente como via local com PGM de 12 metros. Embora a Lei Complementar nº 232, de 26 de maio de 2011, estabeleça que vias coletoras devem ter 18 metros e vias locais 12 metros, as ruas do entorno da edificação não seguem integralmente essa hierarquização, uma vez que a Casa 300 foi construída em 1940, anterior à definição de hierarquia viária estabelecida pela Lei nº 3.870, de 5 de julho de 1999.

O transporte público se concentra principalmente nas avenidas e ruas principais, como a Av. Tenente Coronel Duarte e a Av. Getúlio Vargas, onde se observa maior fluxo de veículos e passageiros. Contudo, nas proximidades do imóvel, na mesma quadra, existe um ponto de ônibus, evidenciando a necessidade de adequações de infraestrutura urbana para maior conforto e acessibilidade aos usuários.

Figura 41: Mapa hierarquia viária



Fonte: SMDU/D, adaptado próprio autor. (2025)

LEGENDA

VIAS ESTRUTURAIS (PGM 30M)	
VIAS PRINCIPAIS (PGM 24M)	
VIAS COLETORAS (PGM 18M)	
VIAS LOCAIS (PGM 12M)	

5.1.5. TOPOGRAFIA

A área do bairro Centro Norte de Cuiabá, especialmente no entorno da Rua Pedro Celestino, apresenta uma topografia suavemente ondulada, com altitudes variando entre 176 e 193 metros acima do nível do mar, conforme o mapa topográfico analisado.

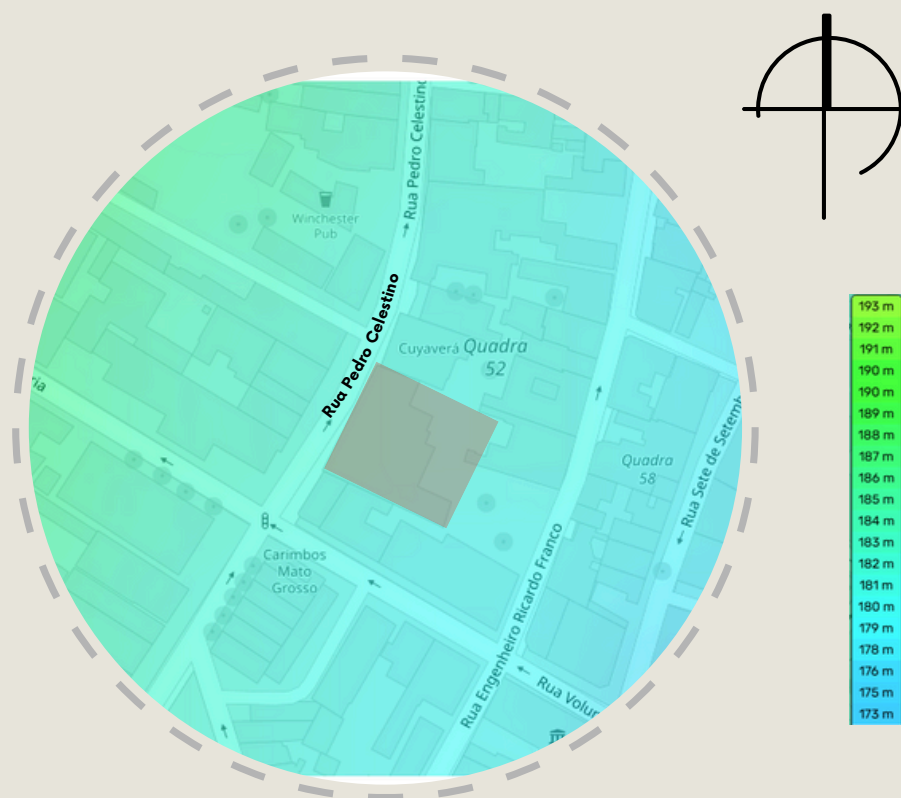
Observa-se que o setor mais elevado encontra-se próximo à Rua Voluntários da Pátria e à Quadra 44, atingindo cotas próximas de 193 metros. A partir desse ponto, há uma suave declividade em direção ao leste, acompanhando o sentido da Avenida Tenente-Coronel Duarte (Prainha), onde as altitudes diminuem gradualmente até cerca de 176 metros.

Essa diferença altimétrica de aproximadamente 17 metros indica uma declividade leve, o que favorece o escoamento natural das águas pluviais e reduz a possibilidade de acúmulo superficial de água. A variação do relevo, entretanto, deve ser considerada em projetos de drenagem urbana e fundação de edificações, principalmente nas áreas mais baixas, onde há maior concentração de edificações e vias pavimentadas.

De modo geral, o terreno da Rua Pedro Celestino e arredores pode ser classificado como

suavemente inclinado, com boas condições para implantação de edificações urbanas e baixo risco de instabilidade geotécnica. A presença de avenidas importantes e quadras regulares reflete a adaptação do traçado urbano à topografia natural do local, mantendo um equilíbrio entre acessibilidade e drenagem.

Figura42: Mapa Topografico



Fonte: topographic , adaptado próprio autor. (2025)

6.1. LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO

A edificação histórica Casa 300 apresenta sinais evidentes de degradação estrutural e material, resultado da interrupção de reformas anteriores. No pavimento térreo, algumas paredes encontram-se instáveis, com trechos em tijolos de adobe expostos, enquanto a cobertura está escorada de forma provisória, indicando fragilidade e risco de colapso parcial.

Observam-se ainda portas e janelas quebradas, perda de material em diversos pontos e fissuras, especialmente em áreas molhadas, evidenciando infiltrações e movimentações da alvenaria. O madeiramento, incluindo vigas e caibros, apresenta apodrecimento significativo, comprometendo a integridade da cobertura e das esquadrias.

Por se tratar de uma intervenção em patrimônio edificado, a etapa de levantamento fotográfico

mostrou-se de extrema importância para a concepção do projeto. As imagens registradas in loco permitiram identificar a utilização atual de cada ambiente, verificar a condição estrutural e construtiva da edificação e compreender o arranjo interno dos espaços, evidenciando o valor histórico e simbólico da Casa 300.

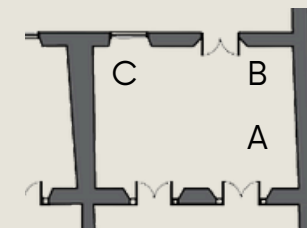
O mapeamento evidencia que a edificação possui potencial de requalificação, desde que sejam adotadas ações coordenadas que respeitem a memória arquitetônica e os valores patrimoniais, garantindo sua preservação, valorização histórica e segurança estrutural. o sua preservação e valorização histórica.

Figura 43: Planta existente



Fonte: Próprio autor. (2025)

AMBIENTE 01

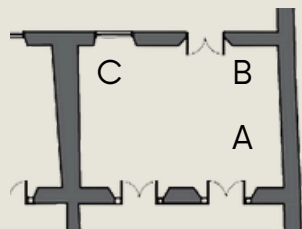


A.



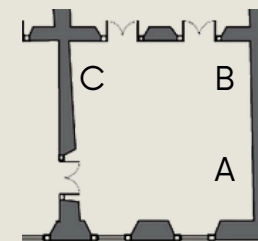
B.

AMBIENTE 01



C.

AMBIENTE 02



A.



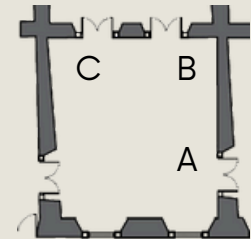
B.

AMBIENTE 02



C.

AMBIENTE 03



A.



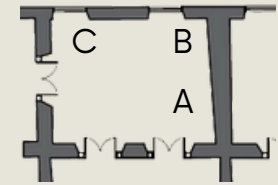
B.

AMBIENTE 03



C.

AMBIENTE 04



A.



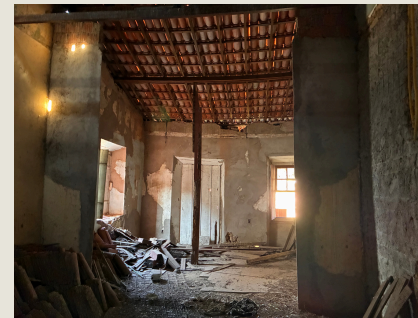
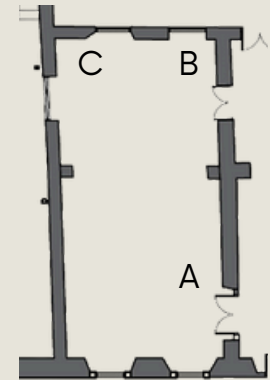
B.

AMBIENTE 04



C.

AMBIENTE 05

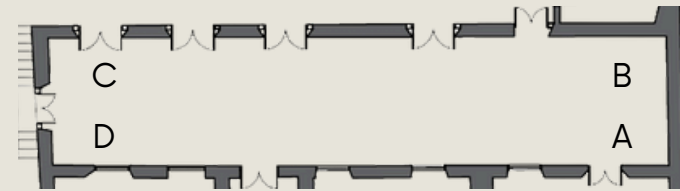


A.



B.

AMBIENTE 06



A.



B.



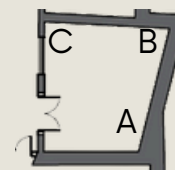
C.



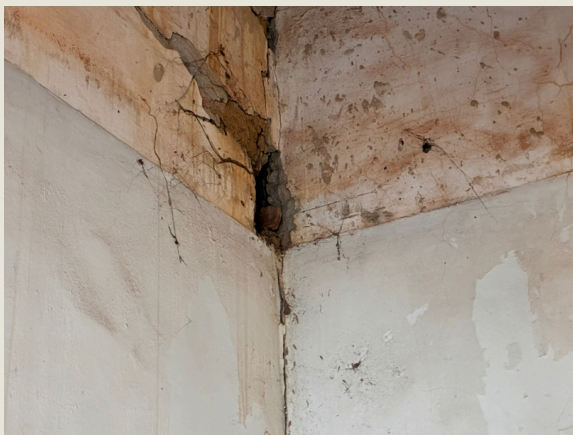
D.



AMBIENTE 07



A.



B.



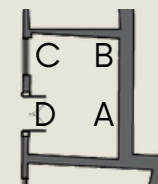
C.



D.



AMBIENTE 08



A.



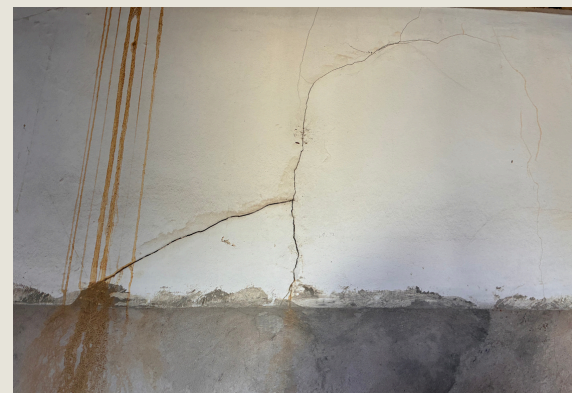
B.



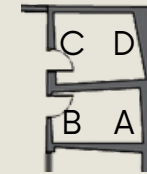
C.



D.



AMBIENTE 09



A.



B.



C.



D.



COBERTURA



Já no levantamento fotográfico da área dos fundos, foi possível identificar uma completa descaracterização desse setor da edificação. As imagens revelam que muitos elementos presentes nas plantas do momento do tombamento já não existiam mais, indicando uma perda significativa da configuração original desse espaço.

O registro mostra um fundo totalmente degradado, sem vegetação, sem organização e sem qualquer traço dos componentes que faziam parte da sua ambientação histórica. O estado atual evidencia um cenário de abandono, reforçando a necessidade de intervenção qualificada para recuperar a identidade desse trecho da edificação.



6.2. MAPEAMENTO DOS LADRILHOS HIDRÁULICOS

O levantamento fotográfico dos ladrilhos hidráulicos do Casarão 300 já foi realizado, permitindo registrar detalhadamente o estado atual dos revestimentos e identificar padrões, cores, danos e características específicas de cada ambiente. A partir dessa documentação visual, apresentada nas imagens a seguir, será possível orientar o processo de restauração, que ainda precisará ser executado.

AMBIENTE 01



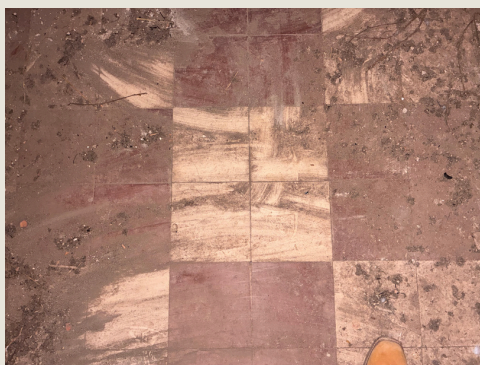
AMBIENTE 02



AMBIENTE 03



AMBIENTE 04



AMBIENTE 04



A restauração deverá iniciar-se com a retirada cuidadosa dos ladrilhos existentes. Essa etapa exigirá grande precisão técnica, pois o objetivo será preservar todas as peças que estiverem em condições de reutilização. Os ladrilhos deverão ser removidos manualmente, catalogados e separados conforme seu estado de conservação, garantindo o controle necessário para as fases seguintes.

As peças em bom estado passarão por procedimentos de recuperação, como limpeza profunda para remoção de sujeiras e resíduos de argamassa antiga, consolidação de pequenas fissuras e recomposição de bordas desgastadas quando possível. Já os ladrilhos que não apresentarem condições de restauração deverão ser substituídos por réplicas artesanais, produzidas com as mesmas dimensões, desenhos e tonalidades, assegurando a uniformidade visual do conjunto.

Após a restauração das peças, será necessária a preparação do contrapiso, incluindo nivelamento e aplicação de argamassa adequada, de modo a garantir estabilidade e durabilidade.

Em seguida, deverá ser feito o assentamento dos ladrilhos restaurados e das réplicas, respeitando fielmente a paginação original identificada no levantamento fotográfico.

Para finalizar, será realizado o rejuntamento com material compatível, seguido da limpeza final e aplicação de seladores específicos para proteção contra umidade e desgaste. Esse conjunto de etapas será fundamental para preservar a autenticidade do revestimento, garantindo sua integração estética e histórica ao processo de requalificação do Casarão 300.

6.3. MAPEAMENTO DE DANOS DA FACHADA

O mapeamento de danos da fachada do Casarão 300 teve como objetivo principal identificar, registrar e compreender as patologias presentes na edificação, fornecendo subsídios fundamentais para o diagnóstico do estado de conservação e para o planejamento das etapas de intervenção e restauro. Essa etapa é essencial para compreender como o conjunto arquitetônico se comporta frente à ação do tempo, às condições climáticas e ao desgaste natural dos materiais, possibilitando intervenções mais precisas e eficazes.

Figura 44: mapeamento de danos da fachada



Fonte: Próprio autor. (2025)

QUADRO DE DANOS

PICHAÇÃO



PERDA DE PINTURA



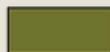
PERDA DE MATERIAL



MADEIRA DEGRADADA



UMIDADE



TIJOLO DE ADOBE EXPOSTO



Durante a análise in loco, os danos foram representados graficamente por meio de hachuras e linhas indicativas, permitindo uma visualização clara das áreas mais comprometidas. Entre os principais problemas identificados destacam-se pichações, perda de material e de pintura, degradação de elementos em madeira, presença de umidade e exposição de tijolos de adobe. Esses danos refletem tanto o envelhecimento

natural da edificação quanto a falta de manutenção contínua, sendo agravados por fatores ambientais, como chuva, insolação e variações de temperatura, além da vulnerabilidade dos materiais originais. O levantamento detalhado permite, assim, a definição de técnicas adequadas para limpeza, recomposição, proteção e preservação das superfícies, garantindo que as intervenções sejam compatíveis com a tipologia construtiva e a estética histórica do casarão.

Dessa forma, o mapeamento de danos se configura como uma etapa indispensável na preservação do patrimônio, pois não apenas documenta o estado atual do Casarão 300, mas também serve como base técnica para futuras intervenções que visem conservar sua integridade física e histórica, assegurando a manutenção de seus valores arquitetônicos, estéticos e simbólicos. Além disso, esse processo contribui para a valorização do imóvel, permitindo que o conhecimento acumulado sobre suas patologias oriente estratégias de conservação sustentáveis e de longo prazo.

6.4.LAUDO DE PROSPECÇÃO

A prospecção pictórica foi realizada na fachada principal da edificação (Figura 1), com o objetivo de identificar as camadas de pintura existentes e compreender a evolução cromática do bem ao longo dos anos. O procedimento seguiu metodologia de análise estratigráfica, com abertura de pequenas janelas em pontos estratégicos da superfície, possibilitando a observação das diferentes camadas de pintura aplicadas em distintos períodos de intervenção.

Durante o levantamento foram identificadas três tonalidades principais, correspondentes a fases cronológicas distintas da edificação:

- Primeira camada (original): pigmento em vermelho intenso e fechado, possivelmente associado à fase inicial da edificação. Essa coloração sugere uma intenção estética mais expressiva, coerente com a linguagem arquitetônica do período de construção.
- Segunda camada: tonalidade em verde escuro, identificada sobre a camada original, indicando uma alteração significativa na proposta cromática da fachada. Essa mudança

pode ter ocorrido em função de reformas ou atualizações visuais associadas à manutenção do imóvel.

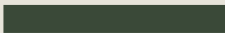
- Camada atual: amarelo claro, atualmente visível, representando o estado contemporâneo da fachada. Essa tonalidade mais luminosa destaca os elementos arquitetônicos e demonstra uma tendência recente de clareamento e simplificação cromática.

Figura 45: mapeamento de danos da fachada



Fonte: Próprio autor. (2025)

6.4.1. CAMADAS ENCONTRADAS

camada	tinta	tonalidade
01	amarelo	
02	verde	
03	vermelho	

A análise das estratigrafias evidenciou uma evolução cromática gradual, acompanhando o processo de transformação estética e funcional da edificação ao longo dos anos. Essa variação foi confirmada também pela análise documental apresentada no **Quadro 3**, que reúne registros fotográficos das fachadas entre 2011 e 2025, permitindo observar as sucessivas alterações de cor e acabamento ao longo desse período.

A comparação entre as camadas pictóricas e os registros históricos confirma a coerência entre as fases identificadas in loco e as intervenções visuais documentadas. Tal constatação reforça a importância da prospecção como instrumento de reconhecimento e valorização da memória material da edificação.

Quadro 46: linha do tempo fachada

fachada 2011



Fonte:google street view. (2011)

fachada 2017



Fonte:google street view. (2011)

Com base nos resultados do mapeamento, recomenda-se realizar um registro fotográfico detalhado das janelas de prospecção pictórica, documentando todas as camadas e características encontradas. Além disso, é importante preservar áreas representativas de cada camada de pintura, garantindo a integridade documental do edifício e fornecendo referência técnica para futuras intervenções de conservação e restauro. Essas medidas asseguram que o conhecimento sobre a evolução cromática e construtiva da fachada seja mantido, facilitando decisões fundamentadas na preservação da identidade histórica e estética do Casarão 300.

fachada 2020	fachada 2025
	

Fonte: google maps levantamento e organização da
autora (2025)

7.1. PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO

O programa de necessidades e o pré-dimensionamento foram elaborados a partir de um levantamento detalhado realizado in loco, com o objetivo de compreender as funções de cada setor, identificar suas demandas específicas e orientar as estratégias de requalificação da edificação. O projeto organizou os espaços em três setores principais: administrativo, técnico e público, visando atender de forma eficiente tanto às necessidades operacionais quanto à experiência dos usuários.

No setor administrativo, destacam-se a copa, com área de 14,38 m², e a cafeteria, com 11,94 m², que oferecem espaços de apoio e convivência para funcionários e visitantes. O setor de área técnica contempla um depósito de 54,90 m², destinado ao

armazenamento de materiais e equipamentos, garantindo a funcionalidade interna e a organização operacional da edificação. Já o setor público inclui o hall de entrada, com 12,96 m², que proporciona uma recepção acolhedora, e a sala dos "Bem Te Vi", projetada para atendimento e interação com o público. A distribuição detalhada dos ambientes, suas funções e dimensões está apresentada na **Tabela 1** – Programa de Necessidades, que sintetiza a organização espacial proposta para cada setor.

Embora a edificação apresente uma estrutura geral conservada, algumas áreas internas e fachadas evidenciam desgastes naturais decorrentes de intempéries, como ação do sol e da chuva, além de reformas anteriores que já apresentam sinais de degradação. Considerando essas condições, o programa de necessidades foi desenvolvido priorizando a requalificação e a adaptação dos espaços, garantindo conforto, acessibilidade e funcionalidade.

Figura 47: mapeamento de danos da fachada

PROGRAMA DE NECESSIDADES	
Setor administrativo	
ambiente	Área (m²)
Copa	14,38
Cafeteria	11,94
Setor técnico	
Depósito	54,9
Setor público	
Hall de Entrada	12,96
Sala dos Bem-te-vis	31,5
Sala dos Quero-Quero	34,3
Sala dos Tucanos	23,78
Sala São João de Barro	21,18
Sala das Andorinhas	53,53
Circulação	8,9
Sala dos Tuiuiús	84,81
Deck de Madeira Contemplativo	40,95
Banheiro Feminino	6,29
Banheiro Masculino	5,04

Fonte: Próprio autor. (2025)

A proposta contempla a manutenção do caráter arquitetônico original, adaptando os ambientes para atender às novas funções propostas de forma integrada e eficiente. A divisão por setores, associada ao dimensionamento adequado de cada espaço, assegura que o edifício possa operar plenamente como um equipamento de uso público, promovendo experiências de qualidade para os visitantes e condições ideais de trabalho para a equipe administrativa e técnica.

7.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Galeria 300 foi concebida a partir da premissa de criar um espaço cultural acessível e acolhedor para todos os visitantes, articulando a requalificação de um edifício de significativo valor histórico. O projeto propõe a transformação do imóvel em uma galeria de arte, com foco na valorização da cultura local, na preservação da memória histórica de Cuiabá e na promoção da produção artística regional, especialmente de artistas mato-grossenses. Cada decisão de projeto considerou o equilíbrio entre a preservação do patrimônio existente e a criação

de um ambiente contemporâneo, estabelecendo um diálogo entre passado e presente e consolidando a relevância sociocultural do espaço.

A Galeria 300 compreende seis ambientes, planejados para receber diferentes tipos de exposições e proporcionar um percurso expositivo fluido e intuitivo. O trajeto inicia-se no Ambiente 5, seguindo sequencialmente pelos Ambientes 4, 3, 2 e 1, culminando no Ambiente 6, que se abre para o jardim.

Os Ambientes 4 e 1 são dedicados à valorização da arte contemporânea local, oferecendo visibilidade aos artistas mato-grossenses e fortalecendo a identidade cultural da região. O Ambiente 3 propõe uma atmosfera que remete à casa dos antigos moradores do casarão, criando um espaço acolhedor que evidencia a memória e a história do patrimônio.

O Ambiente 6 funciona como uma área de contemplação, integrando o visitante à natureza e proporcionando momentos de descanso. Este espaço inclui uma cafeteria e um deck com vista para o jardim colonial, enriquecido pela vegetação tropical, complementando a experiência cultural e sensorial da galeria e

promovendo a interação entre arte, história e ambiente natural.

7.3. DIRETRIZES DO PROJETOS

As diretrizes do presente projeto têm como fundamento a criação de um espaço cultural acessível e acolhedor a todos os visitantes, a partir da requalificação de uma edificação de relevante valor histórico. A intervenção propõe a transformação do imóvel em uma galeria de arte, com foco na valorização da cultura local e na preservação da memória histórica de Cuiabá. O projeto busca, ainda, promover e dar visibilidade à produção artística regional, destacando o trabalho de artistas mato-grossenses e fortalecendo a identidade cultural do estado.

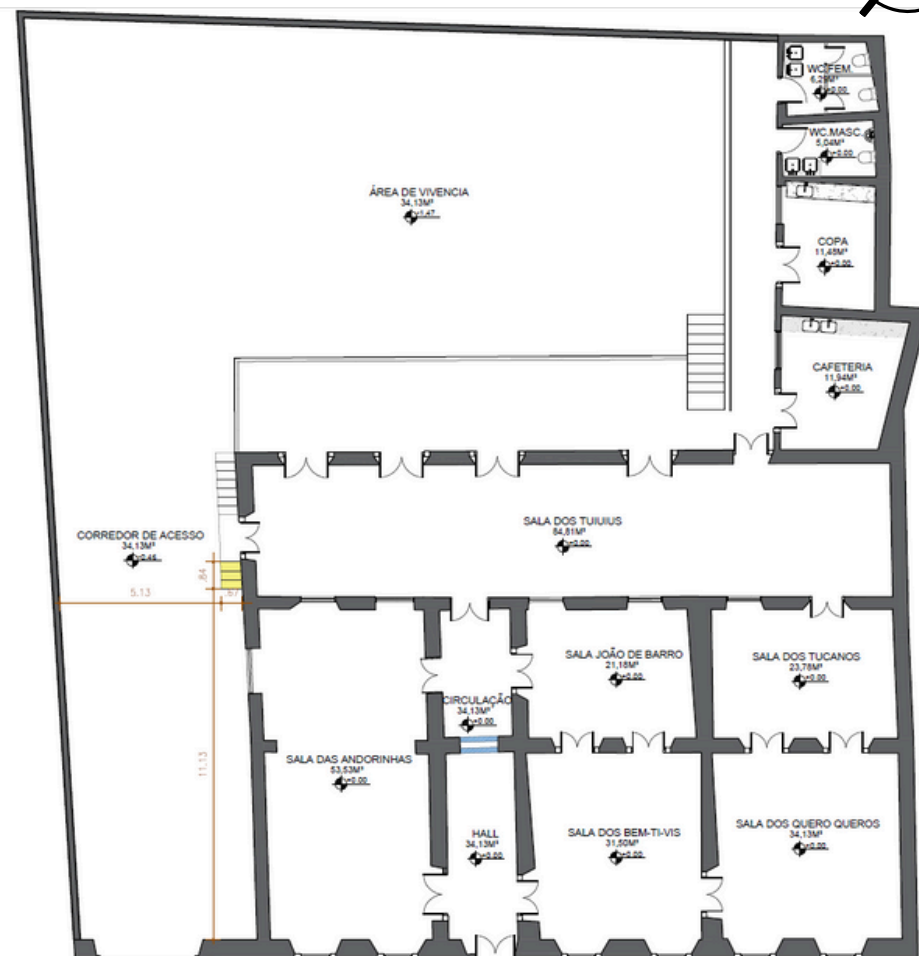
Cada decisão de projeto considera o equilíbrio entre a preservação do patrimônio existente e a criação de um ambiente contemporâneo, propiciando um diálogo entre passado e presente e consolidando a relevância sociocultural do espaço.

7.4. PLANTA DE DEMOLIR E CONSTRUIR

A planta de demolição foi elaborada com o objetivo de adequar a edificação às normas de acessibilidade e garantir uma melhor integração com o público. Durante o processo de análise, foi identificada a necessidade de remover a escada lateral existente, que limitava o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. A partir disso, optou-se por sua retirada, possibilitando a implantação de uma rampa que assegura o acesso de forma contínua, segura e autônoma para todos os usuários.

Essa intervenção vai além da simples substituição de um elemento construtivo — ela representa uma ação voltada à inclusão e à valorização do espaço público como lugar de convivência. A implantação da rampa cria uma transição mais suave entre o exterior e o interior da edificação, eliminando barreiras físicas e visuais e reforçando o compromisso com a acessibilidade universal. Assim, a proposta busca tornar o edifício mais acolhedor, funcional e aberto a todos os públicos.

Figura 48: Planta demolir



DEMOLIR

Fonte: Próprio autor. (2025)

A planta de construir foi elaborada com base nas adaptações propostas anteriormente, priorizando a acessibilidade e o conforto dos usuários. Nessa etapa, foi acrescentada a rampa de acesso no local da antiga escada lateral, garantindo a inclusão e o acesso autônomo de todas as pessoas à edificação. Além disso, as duas escadas existentes passaram por ampliação, atendendo à largura mínima exigida por norma, que é de 1,20 m cada, assegurando maior segurança e fluidez na circulação.

Outro elemento incorporado ao projeto foi um deck de madeira com aproximadamente 20 m², posicionado em uma área estratégica para possibilitar a contemplação do jardim, que será executado posteriormente. Esse espaço visa criar um ambiente de pausa e convivência, promovendo a integração entre o edifício e o paisagismo. Assim, a planta de construir busca unir funcionalidade, acessibilidade e bem-estar, fortalecendo a relação entre o espaço arquitetônico e seus usuários.

Figura 49: Planta construir



CONSTRUIR

Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 50: Layout proposto



Com a elaboração das plantas de demolir e de construir, foi possível desenvolver o novo layout da edificação, pensado para atender de forma funcional e acolhedora às necessidades do espaço. O projeto conta com seis salas destinadas às exposições da Galeria 300, uma cafeteria, uma copa de apoio e dois banheiros, sendo um acessível, garantindo conforto e inclusão. No hall de entrada, foram previstos armários para que os visitantes possam guardar seus pertences, facilitando uma experiência mais imersiva.

Nos fundos da edificação, foi projetado um jardim de inspiração colonial, com caminhos que conduzem a um chafariz central, ponto de destaque e contemplação. O espaço conta ainda com arcos, uma fonte de parede e áreas verdes que reforçam o caráter histórico do conjunto. Também foi incorporado um deck de madeira com mesas, cadeiras e bancos de convivência ligados à cafeteria, criando um ambiente agradável de descanso e integração com o jardim. Assim, o layout final une acessibilidade, funcionalidade e harmonia entre o passado e o presente.



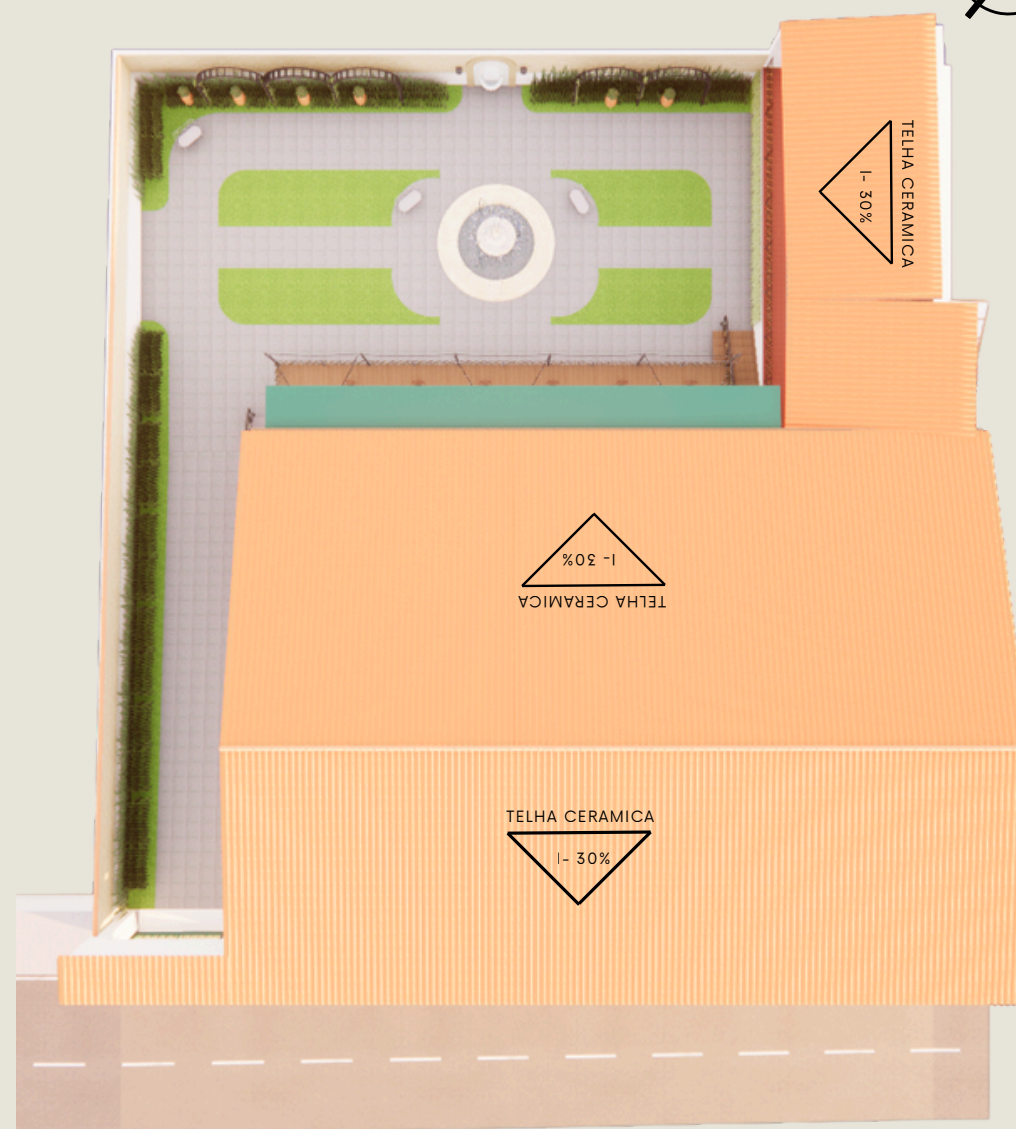
Fonte: Próprio autor. (2025)

7.5.PLANTA DE COBERTURA

A planta de cobertura da Casa 300 foi reformulada para garantir maior estabilidade e durabilidade à edificação. Foram substituídos os elementos estruturais da cobertura, com reposição das madeiras de sustentação, como cibros e terços, assegurando melhor desempenho e distribuição de cargas.

As telhas coloniais cerâmicas originais foram mantidas, preservando a identidade estética e histórica do casarão. No interior, foi inserido um forro de madeira, que melhora o conforto térmico e acústico, além de valorizar o aspecto visual. Assim, a nova configuração da cobertura reforça a autenticidade do edifício, oferecendo melhor proteção e condições adequadas de uso e conservação.

Figura 51: Cobertura proposta



Fonte: Próprio autor. (2025)

7.6.FACHADAS

Com base no laudo da prospecção pictórica, foram identificadas três possibilidades para o tratamento da fachada. A primeira opção é uma fachada branca, com pilares e esquadrias em amarelo; a segunda opção é uma fachada vermelha, com pilares e esquadrias amarelos; e a terceira opção é um verde escuro, aplicado nas esquadrias e pilares, mantendo o restante da edificação em branco.

Figura 52: Fachada proposta - Amarelo



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 53: Fachada proposta - Vermelho



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 54: Fachada proposta - Verde



Fonte: Próprio autor. (2025)

Além disso, o portão foi substituído por um modelo que se adequa melhor à edificação, preservando o caráter colonial. Assim, essas escolhas garantem uma harmonia entre a estética histórica e a funcionalidade contemporânea.

Embora todas as possibilidades tenham sido analisadas à luz desse levantamento histórico, a opção final recaiu sobre a fachada que preserva as molduras em verde, destacando elementos arquitetônicos e estabelecendo um diálogo com as intervenções históricas previamente documentadas. Esta escolha busca não apenas valorizar a memória material da edificação, mas também promover uma leitura contemporânea que respeite a identidade histórica do bem, equilibrando tradição e atualização estética.

Figura 55: Fachada proposta - Verde



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 56: Fachada proposta - Verde



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 57: Fachada proposta - Verde



Fonte: Próprio autor. (2025)

7.7. TODOS OS PÁSSAROS

A escolha dos nomes de pássaros para identificar as salas foi elaborada com cuidado e sensibilidade, buscando criar um ambiente acolhedor e carregado de significados. A presença das aves como referência simbólica reforça a atmosfera leve e inspiradora, em sintonia com a postura alegre e dinâmica da professora responsável pelo espaço. A simbologia das aves remete à liberdade, ao movimento e à transformação — qualidades que dialogam diretamente com o processo de aprendizagem e com a criatividade. Nesse sentido, Eliade observa que “o símbolo revela certos aspectos da realidade, os mais profundos, que desafiam qualquer outro meio de conhecimento” (ELIADE, 1991, p. 12), destacando o potencial interpretativo das aves como elementos que ampliam o sentido do ambiente.

Além dos significados tradicionais atribuídos às aves, a escolha possui um valor profundamente pessoal, ligado à construção da minha própria memória. Durante a infância na cidade de Rosário Oeste, no interior de Mato Grosso, desenvolvi admiração e carinho pelos pássaros. Entre as lembranças mais marcantes está a presença de um tucano que visitava minha casa todas as manhãs. Essa recordação tornou-se parte essencial da minha formação afetiva. Halbwachs afirma que “a memória individual existe sempre a partir de um quadro social” (HALBWACHS, 1990, p. 38); assim, a lembrança do tucano ultrapassa o plano individual e integra-se às referências culturais e espaciais que moldaram minha identidade.

Ao trazer essa memória para o projeto do Casarão 300, buscou-se criar uma ponte entre vivências pessoais e experiências coletivas. Nora explica que “lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12), isto é, elementos que preservam significados e mantêm o passado presente no cotidiano. Nesse contexto, a nomeação das salas com nomes de pássaros funciona como um desses elementos sensíveis que protegem e comunicam fragmentos de memória, transformando uma lembrança particular em parte da narrativa espacial compartilhada por todos.

Essa proposta também dialoga com reflexões contemporâneas sobre arte, natureza e subjetividade. A artista mato-grossense Ruth Albernaz, que além de artista é também bióloga, constrói sua obra articulando profundamente ciência e sensibilidade. Sua produção visual inclui representações de diversos seres, especialmente pássaros, evidenciando como a biologia se conecta organicamente com seu fazer artístico. Albernaz afirma que a arte a leva a muitos lugares, sobretudo para dentro de si mesma, conduzindo-a a um movimento constante de introspecção. Essa compreensão da arte como um processo que une observação da natureza e mergulho interior ressoa diretamente com a escolha dos nomes das salas, pois os pássaros, além de elementos da fauna regional, evocam também trajetórias sensíveis, afetivas e reflexivas.

A integração entre patrimônio material e imaterial se fortalece nesse processo. O Casarão 300, marco da memória arquitetônica de Cuiabá, ganha novas camadas interpretativas ao unir a fauna local, a história pessoal, as reflexões artísticas contemporâneas e os valores culturais regionais. Choay observa que “o patrimônio tornou-se um culto moderno” (CHOAY, 2001, p. 18), indicando que preservar memórias, histórias e símbolos é uma prática fundamental na sociedade atual. Assim, ao inserir nomes de pássaros no projeto, reforça-se o vínculo entre arquitetura, cultura, identidade e natureza.

Portanto, nomear as salas com nomes de pássaros vai muito além de uma solução funcional de organização espacial. Trata-se de uma estratégia narrativa que entrelaça memória, identidade, arte, introspecção, ciência e patrimônio. Esse gesto transforma o espaço, promove identificação e cria uma atmosfera que valoriza tanto as histórias individuais quanto a história do estado e da cidade, consolidando um ambiente sensível, poético e coerente com os propósitos do Casarão 300.

7.8. CAVALETES

A concepção dos expositores do projeto parte de uma referência histórica central na museologia brasileira: os cavaletes de vidro criados por Lina Bo Bardi para o Museu de Arte de São Paulo. Esses suportes tornaram-se um marco por propor uma ruptura radical com a exposição tradicional de obras. Lina defendia que os museus deveriam ser espaços vivos e acessíveis, afirmando que “o museu deve ser um lugar de experimentação, de liberdade e de circulação” (BO BARDI, 1993, p. 42). Assim, os cavaletes surgem como uma solução inovadora que reorganiza a relação entre público, obra e espaço.

Os cavaletes originais consistem em uma base de concreto que sustenta placas de vidro onde as obras são fixadas. Essa combinação de massa e transparência criou um dispositivo que, segundo Lina, buscava “a eliminação de barreiras entre obra e visitante, permitindo que a arte seja vista em múltiplos ângulos” (BO BARDI, 2014, p. 57). A escala humana, a possibilidade de visualização em 360 graus e a autonomia do visitante formam os pilares conceituais dessa solução. Trata-se de um modelo expográfico que democratiza o olhar, retirando a obra da parede e inserindo-a no

centro do espaço.

Figura 58: CAVALETES MASP



Fonte: archdaily.com.br

A partir dessa matriz conceitual, o projeto do Casarão 300 desenvolve uma adaptação sensível aos limites e potencialidades do edifício histórico. Mantém-se o princípio fundamental de blocos que sustentam uma “pele” de vidro, porém reinterpretado para atender às necessidades específicas da exposição e do contexto

patrimonial. Os blocos de concreto foram projetados em diferentes tamanhos e proporções, permitindo que os suportes acomodem objetos de múltiplas escalas, ao mesmo tempo em que criam ritmos e pausas visuais no percurso do visitante. Essa variação volumétrica gera dinamismo espacial sem comprometer a clareza do conjunto.

Além da adaptação estrutural, o projeto incorpora uma abordagem cromática própria. As bases dos expositores recebem colorações presentes na identidade visual do projeto, como amarelo e vermelho. Para Fabris, a cor é um componente ativo na expografia contemporânea, pois “opera como elemento organizador da narrativa e intensifica a percepção do visitante” (FABRIS, 2011, p. 89). Ao utilizar cores no bloco de concreto, a intervenção articula tradição e contemporaneidade, conectando os expositores ao restante do ambiente e fortalecendo a unidade do conjunto.

Mantém-se também o princípio da transparência defendido por Lina Bo Bardi. A autora afirma que o vidro “liberta o olhar e remove hierarquias rígidas” (BO BARDI, 1993, p. 48), permitindo que o público possa se aproximar sem mediações e construir leituras próprias dos objetos expostos. .

No Casarão 300, essa transparência é preservada mediante o uso de superfícies envidraçadas de alta clareza, respeitando a intenção original e, ao mesmo tempo, garantindo estabilidade e segurança compatíveis com o espaço histórico. A sala dedicada à fotografia recebeu um tratamento ainda mais específico. A fotografia depende diretamente da luz para revelar profundidade e atmosfera, como afirma Barthes: “A luz é aquilo que na fotografia produz o seu brilho, o seu mistério e sua verdade” (BARTHES, 1984, p. 15). Por essa razão, foi desenvolvido um expositor com iluminação focal ajustável, permitindo modular intensidade e temperatura de cor conforme as necessidades de cada imagem. O desenho do suporte considera o impacto da direção do feixe, evitando reflexos e destacando texturas e nuances que poderiam se perder em iluminação genérica. Essa atenção à luz transforma o expositor da sala fotográfica em um dispositivo que não apenas sustenta, mas valoriza a obra.

Assim, os expositores criados para o Casarão 300 constituem um sistema expográfico que dialoga diretamente com a herança de Lina Bo Bardi, traduzindo seus princípios para as

especificidades do edifício. Eles não funcionam como suportes neutros; são mediadores ativos entre obra, visitante e arquitetura. Como sintetiza Arantes, "a obra de Lina continua a inspirar pela sua capacidade de integrar tradição e inovação com uma postura ética diante da cultura" (ARANTES, 1999, p. 63). No Casarão 300, essa inspiração se materializa em cada bloco, cada superfície de vidro e cada ponto de luz cuidadosamente pensado.

7.9.PERSPECTIVAS

7.9.1.SALA DOS BEM-TE-VIS

A Sala dos Bem-Te-Vi foi concebida para remeter ao ambiente doméstico das casas coloniais do Centro Histórico de Cuiabá, trazendo à tona a história da família e do período colonial. O espaço foi pensado com móveis rústicos, incluindo escrivaninhas e peças que remetem ao cotidiano da época, além de quadros e elementos decorativos que evocam a vida doméstica e a memória familiar.

Um dos destaques da sala são os ladrilhos hidráulicos no piso, em formato de flores, com pétalas azuis e miolo vermelho, que conferem identidade visual marcante ao ambiente e contribuem para a atmosfera histórica proposta. Cada detalhe da sala busca criar uma experiência imersiva, permitindo que os visitantes compreendam e se conectem com a história da família e com o contexto colonial do local.

Figura 59: Sala dos Bem-Te-Vi



7.9.2.SALA JOÃO DE BARRO

A Sala João de Barro foi projetada para trazer uma atmosfera vibrante e dinâmica ao espaço, destacando obras do artista Adir Sodré, conhecido pelo uso intenso de cores em suas pinturas e esculturas. As peças escolhidas conferem vida e movimento ao ambiente, estabelecendo um contraste interessante com os elementos históricos da edificação.

O piso da sala é revestido com ladrilhos hidráulicos em padrão xadrez, nas cores vermelho e branco, diferenciando-se da Sala dos Bem-Te-Vi e reforçando a identidade própria do espaço. As portas foram mantidas na cor da fachada escolhida, em tom de verde, com pequenas janelas de vidro que permitem a separação visual entre os ambientes, sem comprometer a integração e a iluminação natural da galeria.

Figura 60: Sala João de Barro



7.9.3.SALA DOS TUCANOS

A Sala dos Tucanos destaca os trabalhos da artista mato-grossense Lara Matana, conhecida por criar composições com lâminas de madeira, formando desenhos únicos em cada obra. Cada lâmina é pintada em cores distintas, conferindo identidade própria aos quadros e trazendo um impacto visual sensacional ao ambiente.

O piso segue o padrão de ladrilho hidráulico em xadrez, mantendo a continuidade com a Sala João de Barro, mas com a combinação de cores vermelho e amarelo, diferenciando o espaço e reforçando a experiência cromática e artística da galeria.

Figura 61 : Sala dos Tucanos



7.9.4.SALA DOS QUERO-QUEROS

A Sala dos Quero-Queros é dedicada às fotografias e inspirada nos próprios quero-queros, aves típicas da região, que simbolizam a presença da natureza e a integração com o ambiente local. As fotografias são apresentadas em painéis pretos que posicionam cada obra no elemento central, destacando-as visualmente. O espaço conta ainda com uma ilha central de vidro, destinada à exposição de outras fotografias ou trabalhos complementares.

Embora não tenha um artista específico definido, o ambiente é ideal para receber obras de fotógrafos brasileiros, oferecendo uma plataforma para divulgação e valorização da produção local, mantendo diálogo com a temática natural e regional da sala.

Figura 62 : Sala dos Quero-Queros



Fonte: Próprio autor. (2025)

7.9.5. SALA DAS ANDORINHAS

A Sala das Andorinhas foi concebida para narrar a evolução da cidade até os dias atuais, com foco especial no Centro Histórico. O ambiente conta com um grande painel que apresenta a linha do tempo da cidade, complementado por lâminas de vidro que destacam pontos importantes da história e personagens marcantes que contribuíram para o desenvolvimento de Cuiabá.

Além disso, a sala possui uma maquete física detalhada do Centro Histórico, incluindo edifícios e ruas, permitindo aos visitantes compreender de forma visual e tátil a organização urbana e a evolução do espaço. A proposta busca integrar narrativa histórica, elementos gráficos e interatividade, criando uma experiência educativa e imersiva para todos os públicos.

Figura 63 : Sala das Andorinhas



Figura 64 : Sala das Andorinhas



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 65 : Sala das Andorinhas



Fonte: Próprio autor. (2025)

7.9.6. SALA DOS TUIUIÚS

A Sala dos Tuiuiús, maior ambiente da Galeria 300, foi concebida como o ponto de fechamento do percurso expositivo, reunindo e ampliando conceitos apresentados nos ambientes anteriores. O espaço adota a continuidade dos cavaletes de bloco com bloco de concreto, inspirados nos icônicos cavaletes de Lina Bo Bardi, reinterpretados aqui em tons de amarelo mostarda, criando uma identidade visual marcante e coerente com a proposta curatorial do projeto. A amplitude da sala permite a instalação de obras de diferentes escalas, além de oferecer áreas de contemplação e circulação fluida, reforçando seu caráter versátil e acolhedor.

Figura 66 : Sala dos Tuiuiús



Como culminação do trajeto pela galeria, a Sala dos Tuiuiús apresenta a obra da artista Dalva de Barros, conhecida por suas pinturas panorâmicas da cidade de Cuiabá. Sua produção evidencia o contraste entre o moderno e o colonial, preservando cenas da vida regional e momentos históricos por meio de um realismo sensível e documental. Esse olhar sobre a paisagem urbana e cultural cuiabana dialoga diretamente com a proposta de requalificação do Casarão 300, reforçando o vínculo entre memória, território e arte contemporânea.

O ambiente também se conecta diretamente ao deck, onde está localizada a cafeteria, criando um encerramento natural para a visita. Ao abrir-se para o exterior, a Sala dos Tuiuiús integra arte, arquitetura e convivência, oferecendo uma experiência final ampla, luminosa e marcada pela presença simbólica da obra de Dalva de Barros.

7.9.7.ÁREA EXTERNA

O jardim passou por modificações importantes para reforçar a narrativa do projeto. Ele foi desenvolvido de maneira contemporânea, criando um contraste intencional com o interior do casarão, que preserva o caráter colonial. Essa combinação entre o interno colonial e o externo contemporâneo enriquece a experiência do visitante e evidencia o diálogo entre passado e presente.

Como ponto central e principal área de contemplação, foi implantada uma fonte com uma escultura inspirada no trabalho do artista mato-grossense Fred Fogaça. Ele é conhecido por diversas esculturas presentes em Cuiabá, incluindo bustos de prefeitos da cidade, a viola de coche que está no Imperial, o marco da Comissão e outras peças espalhadas por espaços públicos, como no parque da Orla do Porto, onde também existe uma de suas violas de coche. Por ser uma referência importante para o projeto, a escultura escolhida reforça essa conexão. Ela foi pensada na cor vermelha, criando um diálogo com os tons presentes no piso da edificação e fortalecendo a identidade visual da galeria.

Figura 67: área externa



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 68: área externa



Fonte: Próprio autor. (2025)

Nos jardins foram utilizadas espécies brasileiras que reforçam um ar tropical, alinhado à proposta contemporânea do espaço. Também foi acrescentada uma fonte de parede e alguns ladrilhos hidráulicos, que se tornaram uma das marcas registradas do projeto e reforçam o caráter artístico da intervenção.

A partir do deck de madeira é possível ter uma contemplação ampla de todo o jardim dos fundos. Esse deck também funciona como um ponto estratégico de circulação, pois conecta diretamente a área externa à cafeteria, aos banheiros e à copa destinada aos funcionários, garantindo fluidez, acessibilidade e integração entre os ambientes.

Figura 69: área externa



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 70: área externa



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 71: área externa



Fonte: Próprio autor. (2025)

Figura 72: área externa



Fonte: Próprio autor. (2025)

O desenvolvimento deste projeto permitiu compreender, de forma ampla, a complexidade e a responsabilidade envolvidas na requalificação de edificações históricas. Desde as primeiras etapas de levantamento, prospecções, visitas técnicas e análises diagnósticas, até o estudo detalhado da história do Casarão 300, tornou-se evidente que intervir em um patrimônio cultural não significa apenas reformar um edifício. Trata-se de um processo mais profundo, que exige respeito, pesquisa e sensibilidade diante da memória construída ao longo dos anos. A investigação sobre os antigos usos do imóvel, as camadas de pintura, as transformações das esquadrias, das coberturas e dos sistemas construtivos revelou a trajetória de uma arquitetura que carrega significados sociais, culturais e afetivos. Cada evidência encontrada reforçou a necessidade de decisões projetuais fundamentadas e coerentes, de modo que a intervenção dialogasse com o passado sem perder de vista as demandas contemporâneas.

Nesse sentido, a proposta de implantação de uma galeria de arte no Casarão 300 vai além do aspecto funcional. Ela busca reafirmar a importância de reconhecer e valorizar a cultura cuiabana, oferecendo um espaço de expressão artística, preservação da memória e fortalecimento da identidade regional. Cada elemento projetado, desde a escolha temática dos ambientes até o desenvolvimento dos expositores, foi pensado para celebrar a história do território e a riqueza cultural que ele representa. Assim, a requalificação não se limita à restauração física, mas se estende à criação de novos significados, incorporando usos que mantêm vivo o patrimônio ao integrá-lo à vida contemporânea.

A implantação de uma galeria de arte no Centro Histórico de Cuiabá também reforça a importância das intervenções urbanas como instrumento de transformação social. Acredita-se que ações como esta podem desencadear um p

rocesso gradual de valorização do Centro Histórico, contribuindo para reverter o estado de abandono que muitas edificações vivenciam atualmente. Pequenas iniciativas, quando pautadas por rigor técnico, compromisso cultural e visão de futuro, têm potencial para estimular novas ocupações, promover pertencimento e revitalizar áreas que, ao longo dos anos, perderam parte de sua vitalidade.

Portanto, este trabalho evidencia que preservar o patrimônio não é apenas manter estruturas antigas, mas reconhecer que nelas estão inscritas histórias, identidades e saberes que compõem a memória coletiva. Intervenções responsáveis garantem que esses espaços continuem existindo como testemunhos vivos, capazes de dialogar com o presente e inspirar o futuro. A requalificação do Casarão 300, enquanto proposta de preservação e ressignificação, busca justamente fortalecer essa continuidade, assegurando que o passado não seja esquecido, mas valorizado, transmitido e celebrado.

REFERÊNCIAS

- Bruno, Jolismar . Segurança em Software: **reportagem do dia do patrimônio** . 2023. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/cuiab-tem-400-imveis-tombados-e-em-completo-abandono/744196>
Acesso em: 14 de março. 2025
- BOLAN, P. **Requalificação de patrimônio industrial no bairro Santa Bárbara**, Criciúma/SC: a importância da memória trabalhista para o município. Criciúma: UNESCO, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/9316>. Acesso em: 6 maio 2025.
- BRUNA, P. J. V.; GOUVEIA, S. M. M. **Requalificação do Edifício Riachuelo no Centro Histórico de São Paulo**. Revista CPC, n. 24, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119239>. Acesso em: 6 maio 2025.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- DANIEL, S.; MARTINS, H. G. **Requalificação do patrimônio histórico como ferramenta de preservação para a antiga fábrica de águas minerais Salutaris**. 2020. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/3553>. Acesso em: 6 maio 2025.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.
- ICOMOS. **The Burra Charter**: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/publications/burra-charter-practice-notes/>. Acesso em: 6 maio 2025.
- IPHAN – **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Manual de intervenções em patrimônio edificado. Brasília: IPHAN, 2016.
- IPHAN – **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Plano de ação para o Centro Histórico de Cuiabá. Brasília: IPHAN, 2019.
- LEAL, C. V. R.; LOPES, L. C.; RODRIGUES, Í. M. Patrimônio histórico urbano e arquitetônico do entorno da Avenida Antonino Freire: memórias e usos. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/92695818/3019-12208-1-PB.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Boletim de tendências**: dados sobre turismo cultural no Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/>. Acesso em: 6 maio 2025.

REFERÊNCIAS

- NÓBREGA, A. S. **O caso da requalificação do centro histórico de Icó-CE.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353027749>. Acesso em: 6 maio 2025.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.
- OLIVEIRA, J. D. **Novos usos do patrimônio cultural edificado: análise da requalificação para uso cultural do Mercado Público Municipal de Jaguarão/RS.** Jaguarão: UNIPAMPA, 2017. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/2385>. Acesso em: 6 maio 2025.
- ONU – **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.** Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: ONU, 2015. ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 6 maio 2025.
- PREFEITURA DE CUIABÁ. **Lei Complementar nº 389/2015:** institui a Política Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Cuiabá. Cuiabá: Diário Oficial, 2015. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2025.
- PREFEITURA DE CUIABÁ. **Lei nº 5.749/2013:** institui o Fundo Municipal de Cultura de Cuiabá. Cuiabá: Diário Oficial, 2013. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2025.
- RICARDO, K. L.; WATZEL, M. P. P. **Restauro do espaço público-patrimônio histórico e requalificação urbana: propostas de Lina Bo Bardi. Revista Contemporânea, 2024.** Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6647>. Acesso em: 6 maio 2025.
- RICARDO, K. L.; WATZEL, M. P. P. **Restauro do espaço público-patrimônio histórico e requalificação.** In: IV Seminário de Iniciação Científica. Disponível em: <https://oficial.unimar.br/wp-content/uploads/2024/08/CADERNO-SEMIC-2024.pdf#page=28>. Acesso em: 6 maio 2025.

REFERÊNCIAS

- SANTANNA, M. R. dos S.; RIBEIRO, L. N.; NETO, A. J. V. et al. **O Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Fluminense e sua contribuição com o Norte-Fluminense.** Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/confict/article/download/9115/6739>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SEPLAN/MT – **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MATO GROSSO.** Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Cuiabá, 2022.
- SILVA, A. C. B. **Proposta de requalificação em unidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo no bairro Caiari em Porto Velho-RO.** Revista **Arquitetura e Lugar**, 2024. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/arql/article/view/3076>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SILVA, C. C. O Mercado Central de Divinópolis como patrimônio cultural da Arquitetura Moderna: uma proposta de requalificação. 2022. Disponível em: <http://monografias.ufop.br/handle/35400000/6739>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SILVA, R. C. **Patrimônio em movimento: usos culturais e ativação urbana de edifícios históricos.** Revista Arquitectos, São Paulo, Vitruvius, 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/20.235/7742>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SILVA, S. J. F. da. Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Repositório UFERSA.** Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstreams/6c2aba23-14f9-45ee-b0e4-0f34d491cfd2/download>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SILVA, T. J. S. **Requalificação do Espaço Ferroviário Aragarino: patrimônio, paisagem e diversidade urbana.** 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33853>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SOUZA, A. G. R. de; RIBEIRO, P. V. B. **Ações de salvaguarda cultural no concurso nacional de arquitetura e urbanismo para requalificação da feira central.** Programa de Iniciação Científica, UniCEUB, 2023. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/pic/article/view/9977>. Acesso em: 6 maio 2025.

REFERÊNCIAS

- TOFANI, F. P. **Projetos para preservação e uso sustentável do patrimônio cultural e natural: uma experiência de ensino nas ruínas do complexo de....** Repositório UFMG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36765>. Acesso em: 6 maio 2025.
- TOFANI, F. P. **Teorias e práticas contemporâneas de restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado:** uma experiência de ensino de pós-graduação interdisciplinar. Belo Horizonte: 3º Simpósio Científico do ICOMOS, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353224985>. Acesso em: 6 maio 2025
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005 Disponível em https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&pagfis=17022 . Acesso em: 11 maio 2025
- IPHAN – **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O que é patrimônio cultural.** Brasília: IPHAN, 2020. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> Acesso em: 11 maio 2025
- LOWENTHAL, David. **The Heritage Crusade and the Spoils of History.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Disponível em https://www.baumanrarebooks.com/browse-books.aspx?gad_source=1&gad_campaignid=791900&gbraid=0AAAAAD_tWSTORk1cC-F_ByhhGBCgdBbKG&gclid=Cj0KCQjwlyHBBhD9ARIsALRu09pVWgRg2t_CiJTdQfjx2uO2QaCK5Zi7V12mFR1PK3mgQsnbQe9gklsaAms9EALw_wcB Acesso em: 11 maio 2025
- BRUNA, Carlos; GOUVEIA, Maria. **Arquitetura sustentável: princípios e práticas aplicadas à preservação do patrimônio.** São Paulo: Contexto, 2017.
- BOLAN, Felipe. **Participação comunitária na preservação do patrimônio cultural:** desafios e possibilidades. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- RICARDO, Ana; WATZEL, Jorge. **Patrimônio histórico e desenvolvimento urbano sustentável: políticas e práticas no Brasil contemporâneo.** Curitiba: Appris, 2024.
- SILVA, Eduardo. **Diretrizes técnicas para a requalificação de patrimônio histórico urbano.** Brasília: IPHAN, 2024.

REFERÊNCIAS

- SILVA, Eduardo. **Metodologias de análise histórica para conservação do patrimônio arquitetônico**. Revista Brasileira de Preservação, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2022.
- TOFANI, Mariana. Interdisciplinaridade na restauração de bens culturais: teoria e prática. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.
- TOFANI, Mariana. **Normas e licenciamento em projetos de restauração: o papel das instituições públicas**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 49, p. 101-118, 2018.
- CARTA DE ATENAS. **Carta de Atenas para a restauração de monumentos históricos, 1931**. Disponível em: <http://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts>. Acesso em: 29 maio 2025.
- CARTA DE CRACÓVIA. **Carta de Cracóvia 2000: princípios para a conservação e restauração do patrimônio construído**. Cracóvia, 2000. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/184-the-krakow-charter-2000>. Acesso em: 29 maio 2025.
- CARTA DE LISBOA. **Carta de Lisboa sobre Reabilitação Urbana Integrada, Lisboa, 1995**. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/3405/carta-de-lisboa-1995.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.
-
- CARTA DE VENEZA. **Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, 1964**. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.
- CARTA DE WASHINGTON. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1987**. Washington: ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts>. Acesso em: 29 maio 2025.
- CONVENÇÃO DA HAIA. **Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, 1954**. Haia: UNESCO. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/convention-protection-cultural-property-armed-conflict>. Acesso em: 29 maio 2025.

REFERÊNCIAS

- DE ARRUDA, Carla; RANGEL, Marília. **A proteção internacional do patrimônio mundial**. Cadernos do IPHAN, v. 10, n. 1, p. 1-16, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Cadernos_do_IPHAN_10.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.
- GOMES, Simone Scifoni. Patrimônio urbano: entre o plano e o projeto. São Paulo: Annablume, 2014
- KUHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: um estudo sobre o patrimônio industrial em São Paulo. São Paulo: Editora da USP, 2010.
- UNESCO. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972. Paris**: UNESCO. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em: 29 maio 2025
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 1961.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000.
- BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2010.
- IPHAN. **Carta de Brasília** sobre Patrimônio Cultural e Cidades. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2025.

REFERÊNCIAS

- IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Política de Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2025.
- MATO GROSSO. **Lei nº 8.830, de 14 de janeiro de 2008**. Institui o Sistema Estadual de Cultura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2008. Acesso em: 18 De junho 2025.
- MATO GROSSO. **Lei nº 10.063, de 10 de abril de 2014**. Institui o Plano Estadual de Cultura. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2014 . Acesso em: 18 De junho 2025.
- CUIABÁ. **Lei Ordinária n.º 1.711, de 1980**. Estabelece normas para a preservação do patrimônio cultural do Município de Cuiabá e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 29 maio 2025.
- CUIABÁ. **Lei Complementar n.º 150, de 29 de janeiro de 2007**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá. Disponível em: <https://www.smades.cuiaba.mt.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2025.
- CUIABÁ. **Lei Ordinária n.º 3.318, de 2018**. Declara o Lambadão Cuiabano patrimônio imaterial de Cuiabá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 29 maio 2025.
- CUIABÁ. Prefeitura Municipal. Patrimônio Histórico. Disponível em: <https://www.smades.cuiaba.mt.gov.br/legislacao/patrimonio-historico>. Acesso em: 29 maio 2025.
- CORREIA, P.; RAGAZZI, G. **Casa no Campo Novo** / Correia/Ragazzi Architectos. ArchDaily Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1028401/casa-no-campo-novo-correia-ragazzi-arquitectos>. Acesso em: 29 maio 2025.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. 1964. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/venice_portuguese.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

REFERÊNCIAS

- ARCHDAILY. **Museu Casa do Colecionador** / Atelier Data. 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1024944/museu-casa-do-colecionador-atelier-data>. Acesso em: 29 maio 2025.
- Casa Daro. Casa Daros / Ernani Freire Arquitetos Associados. ArchDaily, 2023. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/766946/casa-daros-ernani-freire-arquitetos-associados?ad_medium=gallery. Acesso em: 11 de outubro 2025.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/766946/casa-daros-ernani-freire-arquitetos-associados?ad_medium=gallery. Acesso em: 11 de outubro 2025.
- ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/766946/casa-daros-ernani-freire-arquitetos-associados?ad_medium=gallery. Acesso em: 11 de outubro 2025.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/766946/casa-daros-ernani-freire-arquitetos-associados?ad_medium=gallery. Acesso em: 11 de outubro 2025.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/766946/casa-daros-ernani-freire-arquitetos-associados?ad_medium=gallery. Acesso em: 11 de outubro 2025.
- ARANTES, O. A. F. Lúcio Costa e a tradição moderna. São Paulo, EDUSP, 1999.
- BARTHES, R. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BO BARDI, L. Habitat: textos reunidos de Lina Bo Bardi. São Paulo, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993.
- BO BARDI, L. MASP: Museu de Arte de São Paulo. São Paulo, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2014.
- FABRIS, A. Museografia, exposição e narrativa. São Paulo, Estação das Letras e Cores, 2011.
-

